

NOTAS

Em companhia do sr. secretário da Agricultura, o sr. presidente do Estado desce hoje, de manhã, em automóvel, para Santos, onde, às 4.40, embarcará em trem especial da Southern S. Paulo Railway com destino a Santo Antonio do Juruá, em visita à zona do Ribeira.

O sr. dr. Washington Luis e a sua comitiva deverão visitar, entre outros pontos da vasta região sulista, Xiririca, Iguape e Cananéia.

Na próxima semana, o sr. presidente do Estado estará de regresso à esta capital.

Hoje, entre as 20 horas e meia e as 22 horas, o sr. dr. Cardoso Esteves, secretário da Justiça, esteve nas sedes das oito delegacias de polícia desta capital.

O sr. George Plé, ministro da Alemanha, que é nosso hospede, esteve ontem, à tarde, no palácio do governo, em visita ao sr. presidente do Estado. O diplomata alemão visitou também os srs. secretários do governo.

O sr. senador Lacerda Franco, membro da Comissão Diretora do Partido Republicano, esteve ontem, à tarde, no palácio do governo, onde foi agradecer ao sr. presidente do Estado a visita que lhe fez a. exc. por ocasião de sua recente enfermidade.

O sr. Eugenio Lucicardi, conselheiro da França, esteve ontem, à tarde, no palácio do governo, onde foi recebido pelo sr. presidente do Estado.

O sr. presidente do Estado recebeu um telegrama do sr. dr. Ferreira Chaves, ministro da Justiça, comunicando a a. exc. que assumiu efectivamente a gestão desta pasta.

O sr. professor Rodolpho Kraus, diretor do Instituto do Butantan, esteve ontem, à tarde, no palácio do governo, em visita ao sr. presidente do Estado.

Os srs. membros do governo foram convidados a assistir à conferência que o professor E. B. de Brito realizou no dia 19 do corrente, às 16 horas, na sede da Sociedade Paulista de Agricultura, sob o thema "Hoje e o amanhã do café".

Cumprimentaram ontem o sr. dr. Leopoldo de Freitas, conselheiro da Guatemala, pelo aniversário da Independência desse país, os srs. tenente Tenório de Brito, ajudante de ordens do sr. presidente do Estado, em nome do a. exc., e capitão Marinho Sobrinho, ajudante de ordens do sr. secretário da Justiça, em nome de a. exc.

Acompanhado de seu ajudante de ordens, o sr. general Eduardo Sotomayor, comandante da 4.ª brigada de infantaria, visitou ontem as duas casinhas do Congresso Estadual.

Em nome do sr. secretário do Interior, seu official de gabinete distribuiu ontem a visita que a a. exc. fez o sr. general Eduardo Sotomayor.

Entrou em gozo de férias o sr. dr. Diogo de Faria, diretor do Desemfectorio Central, tendo sido designado para substituí-lo, interinamente, o sr. dr. Francisco Vianca.

A requisição da Secretaria da Agricultura, o Tesouro do Estado vai fazer os seguintes pagamentos: De 7.544.175, a Câmara de San. Flávia, pela entrega provisória das obras executadas no grupo escolar dessa cidade;

De 3.495.130, ao sr. Domingos Theodoro Gallo, pela entrega provisória das obras executadas no grupo escolar de Rio Preto;

De 20.700.000, ao sr. Torrello Dinucci, segunda prestação, pelas obras de construção da cadeia e fórum de Rio Preto;

De 73.947.840, a Scilliano e Silva, sexta prestação provisória dos serviços de fundação do Monumento da Independência;

De 50.755.914, a Geribello e Quevedo, pela entrega provisória das obras de construção do terceiro grupo escolar de Ribeirão Preto;

De 13.903.555, ao sr. Torrello Dinucci, pela entrega provisória das obras de construção da amurada e escadarias de decisão para o Porto das Monções, em Porto Feliz;

De 2.727.300, ao sr. Elias de Napoli, pelos serviços executados nas obras de fundação do Butantan;

De 3.000.000, ao sr. Domenico Falluti, pela confecção de um quadro destinado a figurar no salão de honra do Museu Paulista.

Por decreto de ontem, foi nomeado para o cargo de lente da Escola Polytechnica de S. Paulo o sr. dr. Augusto Carlos da Silva Telles.

Por decreto de ontem, foi exonerado, a pedido, do cargo de delegado de polícia de Jaboticabal, (1.ª classe), o sr. dr. Edmundo Perry.

Foi promovido o sr. dr. Victor Ehrensdorf do cargo de delegado de polícia de Redempção (4.ª classe) para o cargo de delegado de polícia da Santa Cruz do Rio Pardo (3.ª classe).

Foi designado o sr. delegado de

UMA LEI BEMFAZEJA

O nosso Congresso acaba de votar uma lei de interesse alance social. É a que regulamenta a venda de drogas como cocaína, morfina e álcool, que envenenam e matam, tornando, pelo menos, irresponsáveis dos seus actos criminosos, sob o seu domínio, praticados por indivíduos contra si próprios e contra o próximo. Há muito que a nossa sociedade sofre as consequências dessa depravada venda, sendo a juventude a principal vítima da liberdade existente na compra e venda desses tóxicos. As mulheres, então, sempre aliciadas de sensações moribundas, tornaram-se frenéticas freguezas da morfina e da cocaína, anastando pela existência corporal enferma e almas desequilibradas. Como a um mal, sucede sempre um outro mal o número de laras desagrados, de conjuges em plena luta, de crianças em abandono por causa desses viciados, é inculcável.

Senhoras em pleno esplendor de beleza e de posição, encurvadas pelo vazio muitas vezes de uma vida aparentemente formosa, entregaram-se à ingerção da terrível cocaína como um gourmet ao sabor de uma fructa rara. Semelhantes aos amadores de petiscos, elas erraram da morfina à cocaína, esboçando a que mais profunda bebedeira e inconsciência lhes servisse. E, deante dos olhos espantados das famílias, que tudo ignoravam, assistiam à mudança completa de uma personalidade, que só surgiu para evidenciar a munição do veneno, sacrificando em torno de si pessoas e cousas. Quando afinal o mysterio era desvendado e a tristeza implantada no lecto familiar, descobria-se que varios objectos preciosos e jóias caras se tinham tornado presas de Monstros do Socorro e de varias casas de penhoras, para a posse de tão terrível elemento. A desorganização se faz lentamente na degeneração, trazendo para a colectividade de que ella faz parte, uma série de perigos de toda a espécie. Aos pharmaceuticos criminosos, aderiam vendedores ambulantes dessas drogas perniciosas e, assim, sem escrúpulo e com toda a facilidade, se a propaganda do nefasto vicio da morfina e da cocaína, que inutilizou orlações que, até então, viviam calmas e salutarmente.

Agora, o assumpto está regulado, graças às providências do illustre dr. Alfredo Ellis, que, ao deixar a pasta da Justiça, não esqueceu de assignar o regulamento urgente e de nomear uma comissão que estudasse essa lei e a sua regulamentação.

Essa lei, que vai salvar exércitos de homens e de mulheres, possui um triplice aspecto: preventivo, curativo e repressivo. Serão castigados, punidos com rigor, não só os que ingerirem as drogas nefastas, como todos aquelles que as venderem sem prévia receita medica.

A embriaguez habitual, que inutiliza o individuo, transformando-o muitas vezes num assassino, accorre para este a ingerção de tres annos em estabelecimento corre-

cional. Restava a essa lei necessaria decretar um remédio para aquelles que, já intoxicados, naufragam no porto da existencia, jazendo como cadaveres, sem vontade e sem accção, meio loucos, meio idiotas, inúteis a si e a outrem. Creou ella, para este fim, estabelecimentos particulares, proprios a reclusão e cura desses doentes especiaes, e, emquanto estes estabelecimentos não existam, serão elles internados nas colonias de alienados, debaixo da fiscalização do governo.

A lei é sã, porque define com precisão os casos em que a ingerção é necessaria, procurando desse modo evitar abusos e incongruências. Exigiu para a ingerção do infeliz que os exames sejam feitos por especialistas e peritos afamados.

Para não esquecer nenhum lado dessa tremenda questão que interessa toda a humanidade, ferida na sua sede e na sua vida, o regulamento decretou a interdição, porquanto será sempre impossível segregar uma pessoa dos seus negocios e do seu lar sem cogitar da sua individualidade e da sua situação jurídica.

Nada mais tenho a oppor, sr. presidente, rejujubando-me apenas por ter tido occasião de vir à tribuna, para esclarecer este ponto, que me pareceu obscuro, isto é, o relativo à accção do conselheiro Rodrigues Alves quanto à execução do plano, em boa hora feito, iniciado e organizado em Taubaté. Apenas da exposição resulta uma duvida que é preciso esclarecer e é que, quando os governadores dos Estados se lembraram de organizar um plano semelhante, devem deixar bem claro o modo por que assumiram responsabilidades, na execução desses contratos, para que não se reproduza mais uma vez aquillo que se deu com o de Taubaté.

Si, porventura, prevalecer entre elles a idéa preconcebida de que a assignatura de um contracto não lhes acarretaria compromisso ou responsabilidade alguma, ficado, então, na mesma situação do governo alemão. Todos nós sabemos que a Alemanha havia assignado um tractado guardando e defendendo a autonomia da Bélgica; entretanto, esse contracto foi considerado como "fiction de papier", trapes de papel.

Quando S. Paulo foi a Taubaté para assignar o Conventio foi convencido que, por si só, não tinha os recursos suficientes à execução do plano.

É claro que havia dupla conveniência no augmento de recursos de um lado e do outro, solidariedade na defesa de um producto commun aos tres Estados.

Entretanto, organizado o Conventio e estabelecido o proposito de se assignar uma subrexta de 5 francos para fazer frente aos compromissos assumidos em virtude da grande operação financeira, necessaria, dois dos Estados contractantes recusaram. S. Paulo viu-se assim na contingencia de assumir, elle só, as responsabilidades superiores ás suas forças, razão por que, mais tarde, se viu obrigado a vir solicitar o endosso da União para a grande operação de 15 milhões de contos, maior que se havia assumido neste país e imprescindível para sustentar o "stock".

Sabio v. exc., sr. presidente, sei eu, a difficuldade que tivemos para obter esse endosso. Não quero fazer exaltações, nem revolver escorbos; mas a verdade é que a bandeira de S. Paulo nesta causa teve de enfrentar tremenda opposição que contra a medida aqui foi levantada.

De facto, não fosse a situação dos representantes de S. Paulo, nesta causa, obrigados a fazer face a factos e a maiores difficuldades, sofrendo os maiores tormentos, as maiores injustiças e iniquidades, não fossem, de outro lado, o patriotismo, a certeza e a convicção em que nós estávamos defendendo o problema máximo da grandeza e da prosperidade da Nação, certo é que teríamos desanimado, não feroz foi a campanha de odio feita contra a pretensão de S. Paulo.

A Comissão de Finanças do Senado, aquella época, negou o assentimento ao projecto de União, grande operação, ao grande emprestimo que S. Paulo pretendia levantar, para salvar da ruína não só a lavoura do Estado, mas a propria paiz. Porque a verdade é esta: os politicos reunidos, aqui, na Capital Federal, desconheciam muitas vezes problemas importantissimos dos Estados, o mesmo accção reflexa sobre o futuro da Nação brasileira.

No Comissio de Finanças, por mais que o meu saudoso collega Francisco Glycerio procurasse levar à consciencia dos seus compatriotas o perigo de se atrair ao abandono, nas pragas europeas e americanas, nove milhões de sacos de café, apesar desse esforço, foi o delicto unico voto vencido quando do relatiu e orçamento da república.

O sr. A. Azoredo — Na Comissio de Finanças? O unico voto vencido?

O sr. Alfredo Ellis — Sim.

O sr. A. Azoredo — O meu tambem.

A VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Discurso do senador Alfredo Ellis

Outros problemas estudados pelo orador

O sr. senador Alfredo Ellis propozi, no Senado Federal, no dia 12 do corrente, um importante discurso, ferido um assumpto altamente interessante não só aos paulistas como a todo o país — a defesa do café. Historicamente a valorização desse producto e a significação que elle tem na economia nacional, o senador Alfredo Ellis, expoz também com clareza e varios problemas em foco no actual momento. O discurso do illustre senador por S. Paulo é o seguinte:

O sr. ALFREDO ELLIS — Sr. presidente, trago ao conhecimento do Senado que, por se achar enfermo, o illustre membro da Comissio de Finanças, sr. senador José Euzebio, não tem podido comparecer às sessões.

Depois de ouvir com a maxima attenção a exposição feita pelo nobre senador por Minas Geraes, cumpro-me, em primeiro lugar, agradecer a a. exc. as phrases benevolas que dirigiu à minha accção permanente e constante, nesta tribuna, desde que neste recinto entri em 1918.

Nada mais tenho a oppor, sr. presidente, rejujubando-me apenas por ter tido occasião de vir à tribuna, para esclarecer este ponto, que me pareceu obscuro, isto é, o relativo à accção do conselheiro Rodrigues Alves quanto à execução do plano, em boa hora feito, iniciado e organizado em Taubaté. Apenas da exposição resulta uma duvida que é preciso esclarecer e é que, quando os governadores dos Estados se lembraram de organizar um plano semelhante, devem deixar bem claro o modo por que assumiram responsabilidades, na execução desses contratos, para que não se reproduza mais uma vez aquillo que se deu com o de Taubaté.

Si, porventura, prevalecer entre elles a idéa preconcebida de que a assignatura de um contracto não lhes acarretaria compromisso ou responsabilidade alguma, ficado, então, na mesma situação do governo alemão. Todos nós sabemos que a Alemanha havia assignado um tractado guardando e defendendo a autonomia da Bélgica; entretanto, esse contracto foi considerado como "fiction de papier", trapes de papel.

Quando S. Paulo foi a Taubaté para assignar o Conventio foi convencido que, por si só, não tinha os recursos suficientes à execução do plano.

É claro que havia dupla conveniência no augmento de recursos de um lado e do outro, solidariedade na defesa de um producto commun aos tres Estados.

Entretanto, organizado o Conventio e estabelecido o proposito de se assignar uma subrexta de 5 francos para fazer frente aos compromissos assumidos em virtude da grande operação financeira, necessaria, dois dos Estados contractantes recusaram. S. Paulo viu-se assim na contingencia de assumir, elle só, as responsabilidades superiores ás suas forças, razão por que, mais tarde, se viu obrigado a vir solicitar o endosso da União para a grande operação de 15 milhões de contos, maior que se havia assumido neste país e imprescindível para sustentar o "stock".

Sabio v. exc., sr. presidente, sei eu, a difficuldade que tivemos para obter esse endosso. Não quero fazer exaltações, nem revolver escorbos; mas a verdade é que a bandeira de S. Paulo nesta causa teve de enfrentar tremenda opposição que contra a medida aqui foi levantada.

De facto, não fosse a situação dos representantes de S. Paulo, nesta causa, obrigados a fazer face a factos e a maiores difficuldades, sofrendo os maiores tormentos, as maiores injustiças e iniquidades, não fossem, de outro lado, o patriotismo, a certeza e a convicção em que nós estávamos defendendo o problema máximo da grandeza e da prosperidade da Nação, certo é que teríamos desanimado, não feroz foi a campanha de odio feita contra a pretensão de S. Paulo.

A Comissão de Finanças do Senado, aquella época, negou o assentimento ao projecto de União, grande operação, ao grande emprestimo que S. Paulo pretendia levantar, para salvar da ruína não só a lavoura do Estado, mas a propria paiz. Porque a verdade é esta: os politicos reunidos, aqui, na Capital Federal, desconheciam muitas vezes problemas importantissimos dos Estados, o mesmo accção reflexa sobre o futuro da Nação brasileira.

No Comissio de Finanças, por mais que o meu saudoso collega Francisco Glycerio procurasse levar à consciencia dos seus compatriotas o perigo de se atrair ao abandono, nas pragas europeas e americanas, nove milhões de sacos de café, apesar desse esforço, foi o delicto unico voto vencido quando do relatiu e orçamento da república.

O sr. A. Azoredo — Na Comissio de Finanças? O unico voto vencido?

O sr. Alfredo Ellis — Sim.

O sr. A. Azoredo — O meu tambem.

O sr. Alfredo Ellis — Sr. presidente, que é que se daria a poventura o Senado recusasse autorização ao governo para enlousar e emprestimo de 15 milhões de contos, necessario à conservação do "stock" de café depositado nas pragas da Europa e dos Estados Unidos?

A d'ebatê A ruitat

O sr. A. Azoredo — Apoiado.

O sr. Alfredo Ellis — V. exc., sr. presidente, bem comprehendo que, no momento de sacos de café, jogados, atrádas a casa mercade, fiam e se adquiridos por uma insignificante...

Quer dizer que o enorme "stock" iria parar de mãos dos especuladores, que empregando sommas ridiculas para conservá-lo, proporcionariam aos torreadores ficarem senhores do mercado por muitos annos até que as necessidades do consumo absorvessem o excesso da safra de 1918, que attingia a somma extraordinária de 22 milhões de sacos, quando, na época, o consumo, aquelle tempo, não chegava, talvez, a 15 milhões.

Pergunto: Qual seria a situação de S. Paulo, sem essa operação? Qual o da paiz?

Senhores, não há necessidade de exposições.

A VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

Discurso do senador Alfredo Ellis

Outros problemas estudados pelo orador

O sr. senador Alfredo Ellis propozi, no Senado Federal, no dia 12 do corrente, um importante discurso, ferido um assumpto altamente interessante não só aos paulistas como a todo o país — a defesa do café. Historicamente a valorização desse producto e a significação que elle tem na economia nacional, o senador Alfredo Ellis, expoz também com clareza e varios problemas em foco no actual momento. O discurso do illustre senador por S. Paulo é o seguinte:

O sr. ALFREDO ELLIS — Sr. presidente, trago ao conhecimento do Senado que, por se achar enfermo, o illustre membro da Comissio de Finanças, sr. senador José Euzebio, não tem podido comparecer às sessões.

Depois de ouvir com a maxima attenção a exposição feita pelo nobre senador por Minas Geraes, cumpro-me, em primeiro lugar, agradecer a a. exc. as phrases benevolas que dirigiu à minha accção permanente e constante, nesta tribuna, desde que neste recinto entri em 1918.

Nada mais tenho a oppor, sr. presidente, rejujubando-me apenas por ter tido occasião de vir à tribuna, para esclarecer este ponto, que me pareceu obscuro, isto é, o relativo à accção do conselheiro Rodrigues Alves quanto à execução do plano, em boa hora feito, iniciado e organizado em Taubaté. Apenas da exposição resulta uma duvida que é preciso esclarecer e é que, quando os governadores dos Estados se lembraram de organizar um plano semelhante, devem deixar bem claro o modo por que assumiram responsabilidades, na execução desses contratos, para que não se reproduza mais uma vez aquillo que se deu com o de Taubaté.

Si, porventura, prevalecer entre elles a idéa preconcebida de que a assignatura de um contracto não lhes acarretaria compromisso ou responsabilidade alguma, ficado, então, na mesma situação do governo alemão. Todos nós sabemos que a Alemanha havia assignado um tractado guardando e defendendo a autonomia da Bélgica; entretanto, esse contracto foi considerado como "fiction de papier", trapes de papel.

Quando S. Paulo foi a Taubaté para assignar o Conventio foi convencido que, por si só, não tinha os recursos suficientes à execução do plano.

É claro que havia dupla conveniência no augmento de recursos de um lado e do outro, solidariedade na defesa de um producto commun aos tres Estados.

Entretanto, organizado o Conventio e estabelecido o proposito de se assignar uma subrexta de 5 francos para fazer frente aos compromissos assumidos em virtude da grande operação financeira, necessaria, dois dos Estados contractantes recusaram. S. Paulo viu-se assim na contingencia de assumir, elle só, as responsabilidades superiores ás suas forças, razão por que, mais tarde, se viu obrigado a vir solicitar o endosso da União para a grande operação de 15 milhões de contos, maior que se havia assumido neste país e imprescindível para sustentar o "stock".

Sabio v. exc., sr. presidente, sei eu, a difficuldade que tivemos para obter esse endosso. Não quero fazer exaltações, nem revolver escorbos; mas a verdade é que a bandeira de S. Paulo nesta causa teve de enfrentar tremenda opposição que contra a medida aqui foi levantada.

De facto, não fosse a situação dos representantes de S. Paulo, nesta causa, obrigados a fazer face a factos e a maiores difficuldades, sofrendo os maiores tormentos, as maiores injustiças e iniquidades, não fossem, de outro lado, o patriotismo, a certeza e a convicção em que nós estávamos defendendo o problema máximo da grandeza e da prosperidade da Nação, certo é que teríamos desanimado, não feroz foi a campanha de odio feita contra a pretensão de S. Paulo.

A Comissão de Finanças do Senado, aquella época, negou o assentimento ao projecto de União, grande operação, ao grande emprestimo que S. Paulo pretendia levantar, para salvar da ruína não só a lavoura do Estado, mas a propria paiz. Porque a verdade é esta: os politicos reunidos, aqui, na Capital Federal, desconheciam muitas vezes problemas importantissimos dos Estados, o mesmo accção reflexa sobre o futuro da Nação brasileira.

No Comissio de Finanças, por mais que o meu saudoso collega Francisco Glycerio procurasse levar à consciencia dos seus compatriotas o perigo de se atrair ao abandono, nas pragas europeas e americanas, nove milhões de sacos de café, apesar desse esforço, foi o delicto unico voto vencido quando do relatiu e orçamento da república.

O sr. A. Azoredo — Na Comissio de Finanças? O unico voto vencido?

O sr. Alfredo Ellis — Sim.

O sr. A. Azoredo — O meu tambem.

O sr. Alfredo Ellis — Sr. presidente, que é que se daria a poventura o Senado recusasse autorização ao governo para enlousar e emprestimo de 15 milhões de contos, necessario à conservação do "stock" de café depositado nas pragas da Europa e dos Estados Unidos?

A d'ebatê A ruitat

O sr. A. Azoredo — Apoiado.

O sr. Alfredo Ellis — V. exc., sr. presidente, bem comprehendo que, no momento de sacos de café, jogados, atrádas a casa mercade, fiam e se adquiridos por uma insignificante...

Quer dizer que o enorme "stock" iria parar de mãos dos especuladores, que empregando sommas ridiculas para conservá-lo, proporcionariam aos torreadores ficarem senhores do mercado por muitos annos até que as necessidades do consumo absorvessem o excesso da safra de 1918, que attingia a somma extraordinária de 22 milhões de sacos, quando, na época, o consumo, aquelle tempo, não chegava, talvez, a 15 milhões.

Pergunto: Qual seria a situação de S. Paulo, sem essa operação? Qual o da paiz?

Senhores, não há necessidade de exposições.

O GENERAL BADOGLIO EM WASHINGTON

Discurso do senador Alfredo Ellis

Outros problemas estudados pelo orador

O sr. senador Alfredo Ellis propozi, no Senado Federal, no dia 12 do corrente, um importante discurso, ferido um assumpto altamente interessante não só aos paulistas como a todo o país — a defesa do café. Historicamente a valorização desse producto e a significação que elle tem na economia nacional, o senador Alfredo Ellis, expoz também com clareza e varios problemas em foco no actual momento. O discurso do illustre senador por S. Paulo é o seguinte:

O sr. ALFREDO ELLIS — Sr. presidente, trago ao conhecimento do Senado que, por se achar enfermo, o illustre membro da Comissio de Finanças, sr. senador José Euzebio, não tem podido comparecer às sessões.

Depois de ouvir com a maxima attenção a exposição feita pelo nobre senador por Minas Geraes, cumpro-me, em primeiro lugar, agradecer a a. exc. as phrases benevolas que dirigiu à minha accção permanente e constante, nesta tribuna, desde que neste recinto entri em 1918.

Nada mais tenho a oppor, sr. presidente, rejujubando-me apenas por ter tido occasião de vir à tribuna, para esclarecer este ponto, que me pareceu obscuro, isto é, o relativo à accção do conselheiro Rodrigues Alves quanto à execução do plano, em boa hora feito, iniciado e organizado em Taubaté. Apenas da exposição resulta uma duvida que é preciso esclarecer e é que, quando os governadores dos Estados se lembraram de organizar um plano semelhante, devem deixar bem claro o modo por que assumiram responsabilidades, na execução desses contratos, para que não se reproduza mais uma vez aquillo que se deu com o de Taubaté.

Si, porventura, prevalecer entre elles a idéa preconcebida de que a assignatura de um contracto não lhes acarretaria compromisso ou responsabilidade alguma, ficado, então, na mesma situação do governo alemão. Todos nós sabemos que a Alemanha havia assignado um tractado guardando e defendendo a autonomia da Bélgica; entretanto, esse contracto foi considerado como "fiction de papier", trapes de papel.

Quando S. Paulo foi a Taubaté para assignar o Conventio foi convencido que, por si só, não tinha os recursos suficientes à execução do plano.

É claro que havia dupla conveniência no augmento de recursos de um lado e do outro, solidariedade na defesa de um producto commun aos tres Estados.

Entretanto, organizado o Conventio e estabelecido o proposito de se assignar uma subrexta de 5 francos para fazer frente aos compromissos assumidos em virtude da grande operação financeira, necessaria, dois dos Estados contractantes recusaram. S. Paulo viu-se assim na contingencia de assumir, elle só, as responsabilidades superiores ás suas forças, razão por que, mais tarde, se viu obrigado a vir solicitar o endosso da União para a grande operação de 15 milhões de contos, maior que se havia assumido neste país e imprescindível para sustentar o "stock".

Sabio v. exc., sr. presidente, sei eu, a difficuldade que tivemos para obter esse endosso. Não quero fazer exaltações, nem revolver escorbos; mas a verdade é que a bandeira de S. Paulo nesta causa teve de enfrentar tremenda opposição que contra a medida aqui foi levantada.

De facto, não fosse a situação dos representantes de S. Paulo, nesta causa, obrigados a fazer face a factos e a maiores difficuldades, sofrendo os maiores tormentos, as maiores injustiças e iniquidades, não fossem, de outro lado, o patriotismo, a certeza e a convicção em que nós estávamos defendendo o problema máximo da grandeza e da prosperidade da Nação, certo é que teríamos desanimado, não feroz foi a campanha de odio feita contra a pretensão de S. Paulo.

A Comissão de Finanças do Senado, aquella época, negou o assentimento ao projecto de União, grande operação, ao grande emprestimo que S. Paulo pretendia levantar, para salvar da ruína não só a lavoura do Estado, mas a propria paiz. Porque a verdade é esta: os politicos reunidos, aqui, na Capital Federal, desconheciam muitas vezes problemas importantissimos dos Estados, o mesmo accção reflexa sobre o futuro da Nação brasileira.

No Comissio de Finanças, por mais que o meu saudoso collega Francisco Glycerio procurasse levar à consciencia dos seus compatriotas o perigo de se atrair ao abandono, nas pragas europeas e americanas, nove milhões de sacos de café, apesar desse esforço, foi o delicto unico voto vencido quando do relatiu e orçamento da república.

O sr. A. Azoredo — Na Comissio de Finanças? O unico voto vencido?

O sr. Alfredo Ellis — Sim.

O sr. A. Azoredo — O meu tambem.

O sr. Alfredo Ellis — Sr. presidente, que é que se daria a poventura o Senado recusasse autorização ao governo para enlousar e emprestimo de 15 milhões de contos, necessario à conservação do "stock" de café depositado nas pragas da Europa e dos Estados Unidos?

A d'ebatê A ruitat

O sr. A. Azoredo — Apoiado.

O sr. Alfredo Ellis — V. exc., sr. presidente, bem comprehendo que, no momento de sacos de café, jogados, atrádas a casa mercade, fiam e se adquiridos por uma insignificante...

Quer dizer que o enorme "stock" iria parar de mãos dos especuladores, que empregando sommas ridiculas para conservá-lo, proporcionariam aos torreadores ficarem senhores do mercado por muitos annos até que as necessidades do consumo absorvessem o excesso da safra de 1918, que attingia a somma extraordinária de 22 milhões de sacos, quando, na época, o consumo, aquelle tempo, não chegava, talvez, a 15 milhões.

Pergunto: Qual seria a situação de S. Paulo, sem essa operação? Qual o da paiz?

Senhores, não há necessidade de exposições.

O GENERAL BADOGLIO EM WASHINGTON

Discurso do senador Alfredo Ellis

Outros problemas estudados pelo orador

O sr. senador Alfredo Ellis propozi, no Senado Federal, no dia 12 do corrente, um importante discurso, ferido um assumpto altamente interessante não só aos paulistas como a todo o país — a defesa do café. Historicamente a valorização desse producto e a significação que elle tem na economia nacional, o senador Alfredo Ellis, expoz também com clareza e varios problemas em foco no actual momento. O discurso do illustre senador por S. Paulo é o seguinte:

O sr. ALFREDO ELLIS — Sr. presidente, trago ao conhecimento do Senado que, por se achar enfermo, o illustre membro da Comissio de Finanças, sr. senador José Euzebio, não tem podido comparecer às sessões.

Depois de ouvir com a maxima attenção a exposição feita pelo nobre senador por Minas Geraes, cumpro-me, em primeiro lugar, agradecer a a. exc. as phrases benevolas que dirigiu à minha accção permanente e constante, nesta tribuna, desde que neste recinto entri em 1918.

Nada mais tenho a oppor, sr. presidente, rejujubando-me apenas por ter tido occasião de vir à tribuna, para esclarecer este ponto, que me pareceu obscuro, isto é, o relativo à accção do conselheiro Rodrigues Alves quanto à execução do plano, em boa hora feito, iniciado e organizado em Taubaté. Apenas da exposição resulta uma duvida que é preciso esclarecer e é que, quando os governadores dos Estados se lembraram de organizar um plano semelhante, devem deixar bem claro o modo por que assumiram responsabilidades, na execução desses contratos, para que não se reproduza mais uma vez aquillo que se deu com o de Taubaté.

Si, porventura, prevalecer entre elles a idéa preconcebida de que a assignatura de um contracto não lhes acarretaria compromisso ou responsabilidade alguma, ficado, então, na mesma situação do governo alemão. Todos nós sabemos que a Alemanha havia assignado um tractado guardando e defendendo a autonomia da Bélgica; entretanto, esse contracto foi considerado como "fiction de papier", trapes de papel.

Quando S. Paulo foi a Taubaté para assignar o Conventio foi convencido que, por si só, não tinha os recursos suficientes à execução do plano.

É claro que havia dupla conveniência no augmento de recursos de um lado e do outro, solidariedade na defesa de um producto commun aos tres Estados.

Entretanto, organizado o Conventio e estabelecido o proposito de se assignar uma subrexta de 5 francos para fazer frente aos compromissos assumidos em virtude da grande operação financeira, necessaria, dois dos Estados contractantes recusaram. S. Paulo viu-se assim na contingencia de assumir, elle só, as responsabilidades superiores ás suas forças, razão por que,

Instrução Publica

Os decretos assignados hontem — Nomeações — Remoções — Permutas — Localizações e reuniões de escolas — Notas diversas

Por decretos de hontem, foram nomeados os seguintes professores:

D. Aldo Leite Muller, para reger, internamente, a escola mista, rural, da fazenda Taitubá, em São José do Campos;

d. Elvira Grillo, para reger a escola mista, rural, de Vassouras, em Sorocaba;

d. Rosa de Almeida, para reger internamente a escola mista rural, do Varzeão, em Conchas;

d. Alzira de Sousa Alves, para reger a escola mista, rural, da Floresta, em Guararey;

d. Gabriela de Oliveira Miragaia, para reger, em comissão, a escola mista, rural, do Jardim, em Jacarey, localizada por decreto de 11-8-1921;

Carlos Laurindo Franco, para reger, internamente, a escola rural de Santa Anna do Bom Sucesso, em Bananal;

Luz de Arruda Leite, para reger, internamente, a escola (3) das reuniões do Cordero, em Limeira;

Candido Barbosa Filho, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Ourinhos;

Ermelino Arnelini, para reger, internamente, a 2.ª escola das reuniões de Monte Apraxivel, em Rio Preto, localizada por decreto de 11-8-1921;

Geminiano Bastos Natal, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Miguel Calmon, em Parnaíba;

Alfredo Cavali, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Tabapuã;

d. Franklin de Freitas, para reger, em comissão, a escola mista, rural, do Laranjal, em Alibia, localizada por decreto de 8-8-1921;

Otávio Ferraz de Camargo, para reger a 1.ª escola das reuniões de Villa Rezende, em Piracicaba;

João Perez, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Palmital;

Algemiro de Castro, para reger a escola rural dos Francos, em Jambelô;

d. Esther de Toledo, para reger a escola mista, rural, de Capelinha, em Santo Amaro, em que foi convertida a escola mista, rural, denominada, pela mesma professora;

d. Luiz Novas de Camargo, para reger a escola mista, rural, de Sete Fogueiras, em Porto Feliz;

Antonio Dedeado Soares Nascimento, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Balro Alto, em Piracicaba;

d. Stella Guimarães, para reger, internamente, a escola mista, rural, da fazenda Santa Cruz do Matão, em Dois Córregos;

Francisco Sales Serapiao, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Monte Apraxivel, em Rio Preto;

Victor Sansoni, para reger, internamente, a 2.ª escola urbana, das reuniões de Miguel Calmon, em Parnaíba;

Pericles Calvino Libero Maldonado, para reger, internamente, a escola rural do Porto João Alfredo, em Piracicaba;

Walfredo Arantes Caldas, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Presidente Prudente, em Campos Novos do Paranaipama;

d. Edalce Rolland, para reger, em comissão, a escola rural do Engenho, em Itatiba, localizada por decreto de 2 de agosto de 1921;

Armando Quaglio, para reger, internamente, a 2.ª escola urbana da Estação General Glycerio, em Parnaíba;

Domingos Cartolano, para o cargo de diretor das escolas reunidas de Capão Bonito;

Gabriel Pellicciotti, para reger, em comissão, o curso noturno de alfabetização em que foi transformada a escola noturna para adultos, vaga, na mesma cidade, nos termos do artigo 185, do decreto n. 8.885, de 31 de maio do corrente anno;

d. Maria Isabel de Oliveira Diniz, para reger a escola mista, rural, do Campo Lâmpo, em Santo Amaro;

Foram removidos, por necessidade do ensino, os seguintes professores:

Francisco Carlos Arantes Junior, da escola rural de Itaquary, em Pirassununga, para a urbana de Colina, em Barroto;

João Cardoso Pereira, do cargo de diretor das escolas reunidas de Palmital, para igual cargo nas reuniões de Poá, em Mogi das Cruzes;

General Glycerio, em Parnaíba;

1.ª masculina, regida internamente, pelo professor Antonio Amambua Junior;

2.ª masculina, vaga;

3.ª masculina, vaga, localizada por decreto de 12-8-1921;

1.ª feminina, regida internamente, pela professora d. Maria Mathilde Casteln;

2.ª feminina, vaga;

3.ª feminina, vaga, localizada por decreto de 12-8-1921;

Presidente Prudente, em Campos Novos do Paranaipama;

1.ª masculina, regida pela professora d. Anna Camargo;

1.ª mista, regida pela professora d. Maria Conceição Ramos Leite;

2.ª mista, regida pela professora d. Anna Rosa Pinheiro;

Foram reunidas as seguintes escolas:

Bairro Alto, em Piracicaba;

Masculina de Alemães — regida pelo professor José do Amaral Melo;

Mista de Alemães — regida pela professora d. Catharina Casale Padovani;

Mista do Bairro Alto — regida pelo professor d. Antonio de Azevedo;

Mista de Balroto — regida pela professora d. Ottilia Novas;

Poá, em Mogi das Cruzes;

Masculina regida pelo professor Octavio Raymond Dutra;

1.ª mista, regida pela professora d. Maria José Baroni;

2.ª mista, regida pela professora d. Georgina Branco;

3.ª mista, vaga, localizada por decreto desta data;

Foram autorizadas a permutar os respectivos cargos as professoras d. Domicilia Minho, da escola feminina, distrital, de Piracicaba, em Rio Bonito, e Olga Velga de Barros, da mista, distrital, de Chavante, em Santa Cruz do Rio Pardo;

Foram exonerados, a pedido, os seguintes professores:

Atalia Eugénio Elmer, da escola distrital de Colina, em Barroto;

João Simões Lima Junior, da escola distrital do Bairro de Santa Cruz, em Olympia;

Candido Barbosa Filho, da escola urbana, noturna, da Barra Bonita;

d. Anna Maria de Andrade, da escola mista, distrital, do Varzeão, em Conchas;

Antonio Dedeado Soares Nascimento, da escola de Villa Rezende, em Piracicaba;

d. Estella Guimarães, para a regência interna da escola mista distrital de Pontal, em Barroto;

Luiz Gonzaga de Campos Toledo, da escola distrital, do Porto João Alfredo, em Piracicaba;

Walfredo Arantes Caldas, da 1.ª escola urbana de Tabapuã;

Domingos Cartolano, da regência da escola distrital de Crescuma, em Olympia;

Jandyr Leme Cavalheiro, da escola mista rural de Tupicubana, em Mogi-mirim;

Por decreto da mesma data, foi concedida aposentadoria a professora d. Alice Raggio Nobrega, com exercício na 1.ª escola mista de Agua Branca, desta capital;

Foram nomeados os seguintes professores:

D. Antonietta Santos, substituta efectiva do grupo escolar de Santa Cruz do Rio Pardo, para o cargo de adjunta do mesmo estabelecimento;

d. Balbina Sampaio Trêze, substituta efectiva do grupo escolar de São João da Bocaina, para o cargo de adjunta do mesmo estabelecimento;

d. Judith de Barros, para o cargo de adjunta do 1.º grupo escolar de Araraquã;

d. Esther de Toledo para reger a escola mista, rural, de Capelinha, em Santo Amaro, em que foi convertida a distrital da mesma data;

nominação, regida internamente pela mesma professora;

Foram localizadas as seguintes escolas:

Vallinhos — Uma urbana, mista, na sede do distrito, nos termos do art. 42 da lei n. 1759, de 8 de setembro de 1920, para funcionar junto as reuniões do mesmo distrito, em Campinas;

Palmital — Mista, rural, na estação de Busuhy;

Porto Perreira — Mista, rural, em cada uma das fazendas S. Valentim, propriedade do sr. Valentim da Silveira Lopes, e Campolinda, da propriedade do sr. Viriato Montenegro;

Quilha — Mista rural nos bairros de Pedra Branca, Oratório, Varzea do Morro Agudo, Camilho, Xapuri, Rio Bonito, Pindamonhanga, Piraquara, Capivara, Barro Vermelho, São, Santa Cruz e Rio Acima;

Mogi das Cruzes — Mista, urbana, para funcionar junto as reuniões do distrito de Poá;

Assis — Uma feminina e outra masculina, rurais na estação de Candido Motta; mistas, rurais, nos bairros de Cabulândia, Bogos, fazenda Lage, fazenda Monteiro, bairro Aldeia e Povoação dos Dourados;

Espirito Santo do Turvo — Mistas, rurais nos bairros Boa Vista, Caramuru e fazenda Coronel Telles;

Guarinhos — Mista, rural em Villa Galvão;

Itu — Mistas rurais na fazenda Conceição (Itim-guaçu); Araraú dos Olhos d'Água, bairros do Jacuhy, Pindamonhanga, Piraquara, Acima, para funcionar na fazenda Barroto;

Pirahy Acima (para funcionar na fazenda Magdaleno), Anhanguera, Santa Cruz, Nova Espanha, Pedregulho (para funcionar na fazenda "Zumbini"), Pedregulho (para funcionar na fazenda "Santa Maria"), Pedregulho (para funcionar no "Sítio Grande");

Deodoro — Feminina, rural, no bairro de Botafogo e outra mista, rural, no bairro de Corrego da Agua;

Foram classificadas como rurais as seguintes escolas:

A mista, distrital, de Capelinha, em Santo Amaro;

a masculina, distrital, do Porto João Alfredo, em Piracicaba;

a mista, distrital, de Campo Lâmpo, em Santo Amaro;

Foram effectivados:

No cargo de diretor do grupo escolar de Itapoll, o professor Antonio de Azevedo Castilho, actual director, em comissão, do mesmo estabelecimento;

No cargo de adjunta do grupo escolar "Bomfim do Rio Branco", de Piracicaba, o professor Octavio Ferraz de Camargo;

No cargo de adjuntos dos grupos escolares de Parnaíba e 1.º de Araraquã, os professores Geminiano Bastos Castel e Alfredo Cavali;

No cargo de adjunto, interno, do grupo escolar da cidade de São Joaquim, o professor Armando Quaglio;

No cargo de adjunto do 1.º grupo escolar de Araraquã, o professor Francisco Sales Serapiao;

Foram autorizados a permutar os respectivos cargos:

D. Maria Antonietta Ferraz de Assumpção, adjunta do grupo escolar "Dr. Cardoso de Almeida", de Botucatu, e d. Antonietta Ferraz Galvão, do Lençóis;

Foi dispensado:

Regência interna da cadeira de Francês, na Escola Normal de Pirassununga, o professor Joaquim Silva;

Foi designado:

A escola mista, rural, do Yalho Velho, em Santo Amaro, para continuação do exercício da professora d. Luiz Cordeiro, que regia a escola mista, distrital, de Jubaú, em Campo Largo;

Foi annexada:

A escola reunida do distrito de Poá de Vallinhos, em Campinas, a mista, distrital, do mesmo município;

Foi declarado sem effecto:

O decreto de 23 de julho do corrente anno, que removeu a adjunta do grupo escolar "Coronel Vianello", de Mogi-mirim, d. Maria Nazareth Whitaker, para igual cargo no grupo "Francisco Glycerio", de Campinas;

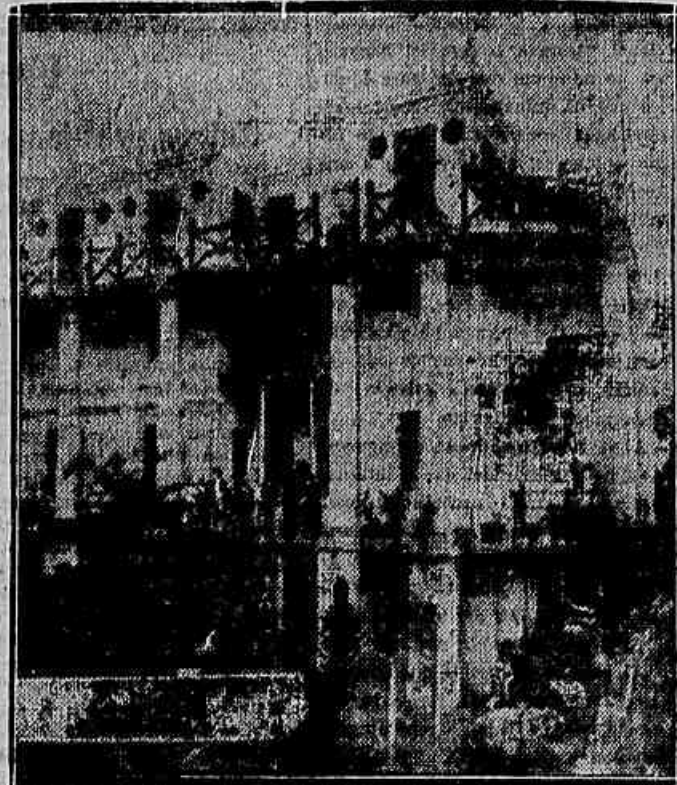
Foram concedidas as seguintes licenças:

De um anno, em prorogação, para tratar de sua saúde, a d. Zimira de Azevedo, adjunta do grupo escolar de Itararé;

De 10 meses, em prorogação, para tratar de seus interesses, a d. Maria de Nazareth Whitaker, adjunta do grupo escolar "Coronel Vianello", de Mogi-mirim;

De um anno, para tratar de seus interesses, ao sr. Alfredo Ortiz, director do grupo escolar "Moreira de Barros", de Taubaté;

FONTE HISTORICA



Publicamos hoje a photographia da avarizal residência do sr. Francisco de Castro, á rua Martiniano do Carvalho, n. 33, onde foi encontrada pelo sr. proprietário, há dez annos, uma fonte rustica, com a data perfeitamente visivel de 1822.

Por investigações que se tem feito, presume-se que essa fonte foi ali construida por antigos moradores daquelles terrenos, perdendo-se, porém, no meio da mata que hoje ali cobre a local.

Al inlar a construção do seu prédio, o sr. Francisco de Castro muito patrioticamente tratou de conservar aquelle achado historico, e assignar a data centenaria, e resolveu ligar a fonte a sua propriedade, dotando esta de um cunho todo nacionalista.

Assim, por exemplo, nos Altos Terracos da casa, existem todos os Estados do Brasil, representados por grandes jaras de louça, nas quaes se encontram as plantas peculiares a cada Estado, como a borraça, o fumo, o pinheiro, o café, etc.

Os vitraux são todos symbolicos das bandeiras nacional, paulista e de outros paizes.

O sr. Francisco de Castro pretende, nas festas do Centenario, frangear no publico a visita á fonte e ao prédio, commemorando a gloriosa data de 7 de Setembro.

O sr. Francisco de Castro contribuirá assim, com todo o seu optimismo, para as festas da Independencia, revelando ao publico a fonte que os nossos ancestraes ali fizeram ha cem annos.

CHRONICA RELIGIOSA

O SANTO DO DIA

SANTA EUPHÉMIA, VIRGEM E MARTYR

16 de setembro

De paes profundamente christos, Philoforo e Theodoros, nasceu Euphemia no seculo II.

Os historiadores tratam mais do martyrio da santa, sendo escassos no relato de sua vida.

Por esse tempo, Decelciano, inimigo acerrimo do christianismo, movia uma feroz perseguição aos crentes em Jesus Christo, bairando singulares decretos de exterminio.

Prisco Europeu, pro-consul do Oriente, executava as ordens impetadas, tendo por immediato nessa tragica empreitada do martyrio, o sophista Apellano, falso sabio, como se ha em todos os seculos, apresentando uma cultura que não tinha e dando arrhas aos seus instantos diabolicos na cova do seu odio implacavel e brutal.

Determinou Apellano a prisão de todos os christos conhecidos, encarcerando-os nos cárceres soffridos de fôr, com o intuito de fôr a morte, seu deus e seu senhor.

Al meio dessa multidão de perseguidos, destacava-se Euphemia, criatura de brio no seu physico de moça, mas forte na espiritalidade da fé. Interrogada por Apellano, confirmou com energia a sua religião christã, abominando os deuses de pau que o paganismo imperial adorava inconscientemente.

O juiz a ameaçou de supplicio, e a santa redobrou as suas confissões de fé, com o intuito de fôr a morte, seu deus e seu senhor.

Al meio dos verdugos, ella vibrava terríveis pancadas, e recolhida á prisão, banhada em sangue, foi acorrentada a massacrada pela fúria pagã.

No dia seguinte, milagrosamente curada de todas as feridas, enfrentou com altivez o odio de Apellano, e ouviu deste a sua condemnacão á morte pelo fogo. Lançada sobre as chamas, bipartiram-se as labaredas e Euphemia, com o assombro dos verdugos, tinha sobre sua cabeça um anjo de espada flamejante, a defender a victima da sanha idolatra.

Alarmados com essa apparição, os sicarios fugiram, convertendo-se ao christianismo. Apellano, sabedor desse facto, mandou expor Euphemia á ferocidade dos lobes famintos, presos em jaulas, sem alimentação, cujo ataque á santa seria tremendo.

Quando os animaes se deitaram sobre as martyrs, recusaram lentamente e, depois, aproximando-se d'ella, lambiam-lhe os pés, mancos como cordeiros.

CURSO DE RELIGIÃO

Esta proseguindo com grande concorrencia de cavalheiros e senhoras, o curso de religião professado pelo sr. conego Manoel Leite, na Ordem Terceira do Carmo.

Na aula de hontem, o illustre sacerdote, com esplendida clareza expositiva, tratou de pontos de fé que agradaram profundamente ao numero auditorio.

Procuramos reproduzir as linhas gerais da aula de hontem.

Diz o orador que não ha fundamento para se descurir os mysterios do sobrenatural, attendendo-se a que na propria ordem natural nos vemos multidoes de mysterios.

O mais sabio dos homens pôde decompor um grão de areia e determinar os elementos de sua composicão, mas não explicará nunca como foram esses elementos aggregados.

Um fio de ar, analisado pelo chimico, pôde ser detalhado nas suas substancias, mas o mysterio da vida vegetativa, desse corpo confunde a sciencia e os seus auctores.

Ora, si o mundo visivel está repleto de mysterio, por que o sobrenatural, que é Deus, perfeito, infinito, e absoluto, não pôde conter os seus mysterios?

Quanto mais o homem se aperfeiçoa no sobrenatural, mais a sua intelligencia se dilata e esplende, na magnificencia radiosa da imaginação.

O homem, apagado ás cousas terrenas, ao que o cercas simplesmente, restricto ao seu ambiente visivel, fica sob a acção mais animal que espirital, e quando elle se eleva ás alturas do sobrenatural, que é o divino, como que soffoca dentro de si proprio essa tyrannia que lhe domina e se animal.

E o caso de senhores: elles vão, na vida, cortando as arestas do erro, apallando as alienações do mal, dignificando as misérias do corpo e as suas fraquezas.

Assim, aproximando-se mais que qualquer outro do sobrenatural, a sua imaginação se expande nas luminosidades do espirito, apriore, refina-se até á soberba constellacão das suas virtudes. S. Thomaz, por exemplo, taa foram as alturas de perfeitão espirital, que se tornou o homem da mais bella imaginação que tem dado a humanidade.

Na "Summa theologiae" nós vemos o asembro das suas idéas, vestidas nua grande livro, por meio de comparações, as mais claras e exactas. No seculo XIII, quando as sciencias ainda se encontravam nos seus primeiros passos da formação, foi o grande doutor da Egreja, vendo todos os phenomenos que a civilização mais tarde nos valia revelar.

ESCOLAS POPULARES

A commissão designada pelo conselho superior da Confederação Catholica, para incrementar a obra grandiosa das Escolas Populares, há fundadas nesta capital, ha dez annos, por senhoritas catholicas que são tipos admiráveis de virtude e modestia, está tendo um movimento extraordinario por parte dos seus membros, que vão trabalhando com affino e energia.

Sabemos que em todos os meios da população paulista, val a obra despertando um interesse de

grande repercussão e que os elementos catholicos estão dispostos a auxiliar o plano verdadeiramente grandioso, na diffusão das Escolas Populares.

As listas de auxilio estão sendo procuradas com avides, por todas as "pessoas" que se dêvem aos sentimentos meliores, e o futuro do pouco tempo, pedem affirmar, as escolas se espalharão por toda a parte, na colheita de fructos magnificos para a nossa infancia e para o nosso operariado, constituido essa obra um bello galardo para a iniciativa particular.

Temos catholicos, que são modestos, porém, e não hesitam de expor publico, a nobreza do poder publico, empenhada na disseminação do ensino, problema que merece a sympathia publica, o apoio dos catholicos, para maior gloria dos seus impulsos.

DOIS CENTENARIOS

Em hontem deste anno os catholicos alemães commemoram o festivo e primeiro centenario da Delegação Episcopal de Berlim, após as luctas religiosas que se travaram, com expulsão dos sacerdotes, das egrejas e confiscacão das cathedraes.

O outro centenario, é o que comemora a erecção da provincia eclesiastica de Alto Rhano, depois da unificação de vários bispos, restituindo-se, afinal, a egreja rohinã, á liberdade de que goza até hoje, na diffusão da fé catholica ao povo daquela região.

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS SALESIANOS

A directoria da Associação dos ex-alunos salesianos esteve no palacio de S. Luiz, em visita ao sr. Duarte Leopoldo, arcebispo metropolitano, sendo recebido na sala do throno pelo antistite paulopolitano.

A directoria convidou o illustre prelado para as festas que se realizarão nos dias 20, 30 do corrente, 2 e 4 de outubro, em honra de Domingos Savio, ex-aluno do D. Bosco, cujo processo de canonização está seguindo os seus tramites.

A autoridade eclesiastica lançará sua benção na cerimonia do lançamento da primeira pedra para o novo edificio da associação dos ex-alunos, a ser construido para as festas do centenario, cujo projecto é grandioso, não só pelo vulto da sede, como pelas amplas accommodações que vai ter destinadas ás conferencias publicas, aulas diurnas de todas as disciplinas, curso de dactylographia e salões apropriados para diversas dos socios e de suas familias. Essas festas, pelo programma distribuido, se reverterão do maximo brilhantismo.

Esta proseguindo com grande concorrencia de cavalheiros e senhoras, o curso de religião professado pelo sr. conego Manoel Leite, na Ordem Terceira do Carmo.

Na aula de hontem, o illustre sacerdote, com esplendida clareza expositiva, tratou de pontos de fé que agradaram profundamente ao numero auditorio.

Procuramos reproduzir as linhas gerais da aula de hontem.

Diz o orador que não ha fundamento para se descurir os mysterios do sobrenatural, attendendo-se a que na propria ordem natural nos vemos multidoes de mysterios.

O mais sabio dos homens pôde decompor um grão de areia e determinar os elementos de sua composicão, mas não explicará nunca como foram esses elementos aggregados.

Um fio de ar, analisado pelo chimico, pôde ser detalhado nas suas substancias, mas o mysterio da vida vegetativa, desse corpo confunde a sciencia e os seus auctores.

Ora, si o mundo visivel está repleto de mysterio, por que o sobrenatural, que é Deus, perfeito, infinito, e absoluto, não pôde conter os seus mysterios?

Quanto mais o homem se aperfeiçoa no sobrenatural, mais a sua intelligencia se dilata e esplende, na magnificencia radiosa da imaginação.

O homem, apagado ás cousas terrenas, ao que o cercas simplesmente, restricto ao seu ambiente visivel, fica sob a acção mais animal que espirital, e quando elle se eleva ás alturas do sobrenatural, que é o divino, como que soffoca dentro de si proprio essa tyrannia que lhe domina e se animal.

E o caso de senhores: elles vão, na vida, cortando as arestas do erro, apallando as alienações do mal, dignificando as misérias do corpo e as suas fraquezas.

Assim, aproximando-se mais que qualquer outro do sobrenatural, a sua imaginação se expande nas luminosidades do espirito, apriore, refina-se até á soberba constellacão das suas virtudes. S. Thomaz, por exemplo, taa foram as alturas de perfeitão espirital, que se tornou o homem da mais bella imaginação que tem dado a humanidade.

Na "Summa theologiae" nós vemos o asembro das suas idéas, vestidas nua grande livro, por meio de comparações, as mais claras e exactas. No seculo XIII, quando as sciencias ainda se encontravam nos seus primeiros passos da formação, foi o grande doutor da Egreja, vendo todos os phenomenos que a civilização mais tarde nos valia revelar.

ESCOLAS POPULARES

A commissão designada pelo conselho superior da Confederação Catholica, para incrementar a obra grandiosa das Escolas Populares, há fundadas nesta capital, ha dez annos, por senhoritas catholicas que são tipos admiráveis de virtude e modestia, está tendo um movimento extraordinario por parte dos seus membros, que vão trabalhando com affino e energia.

Sabemos que em todos os meios da população paulista, val a obra despertando um interesse de

UTERO DOENTE.
Faz da mulher um cadaver vivo,
SALVE-SE COM A
FLUXOSEDATINA

Quando o utero está doente, todo o organismo sente o seu effecto. Flores brancas, suspensões, corrimentos, mau cheiro, palidez, doem, desde a cabeça até aos pés, e a mulher sente o seu effecto. É o unico remédio que cura. Para aliviar, existem muitos, para curar o unico é a FLUXOSEDATINA. Nenhuma senhora deve deixar de ter sempre em casa um vidro de FLUXOSEDATINA especialmente as que soffrem de fortes hemorragias. É o unico preparado no seu genero. Recollecido pela classe medica.

RECOMENDA-SE AOS MEDICOS E A'S FARMACEUTICAS

Vende-se em todas as Drogarias de São Paulo e Rio

Depositarios: GALVÃO & CIA. — CAIXA, 1901

SÃO PAULO

O CAFE' E O CAMBIO

||
||
||

CHRONICA SOCIAL

Uai!

Certa vez — há annos já — viajava eu pelo interior do Estado, a procura de uma sítio onde pudesse, em lugar pittoresco e memorioso, descansar estes pobres ossos, triturados pela faina, a cada do dia de cada dia. Sonhava com um pomar, uma sêbe de madalenas, um campo largo onde os polidos correm, crina ao vento, como bandeiras desfraldadas, na liberdade dourada do sol. Pouca coisa e para pouco dinheiro.

Nada do que vi me agradou. Continuei a ciscar de fazenda em fazenda, conhecendo toda a fauna humana que mouteja por esses cantos da provincia, já amigos dos caboclos, identificados com seus costumes, acostumados com sua frugalidade e com os males biazos molinhos do falar calpa.

Em agosto — meza nóstalgica das velhadas — fui parar numa zona que me impressionou pela preguia encorçada dos seus habitantes. Nenhuma iniciativa, nenhum amor ao trabalho. Na pequena cidade, onde me aboletara no por hotel de que guardo memoria da minha vida andeja, só vi indivíduos feiurizados no "far-niente", imbecilizados pelo silencio e embutecidos pela caninha. Passavam horas e horas fumando nas soleiras das casas, vendo a vida passar, desinteressante e inerte, uma vida escorregadia, lisa, sem umôcos, sem incidentes, sem novidades. Até sem mexerico! Causa de espantar...

Contaram-me que, a uns dias leguas dali, havia um sítio que talvez me servisse. Aluguei duas mulas, uma para mim, outra para uma camaráda volante, que a custo arranjei, o qual me serviria de guia e "cicerone".

Ao choito das cavalgaduras partimos, lerdos, vagarosos, porque tudo era preguiçoso ali: até as bestas. Atravessamos vastas regiões incoltas, abandonadas, tídas falhas de vegetação útil que me impressionavam. E perguntal ao meu guia, que se chamava Nico, e que modorrava beatificamente no sergiteio:

— Como isto é triste, nhô Nico... Tudo sem plantação.
— E, como um eco:
— E, tudo sem plantação...
— Sorrimos. E eu:
— Que terras exultantes, isto não dá nada, nhô Nico?
— E, como o senhor vê. Não dá nada...
— Caminhámos mais. A mesma paisagem. E eu:
— Nhô Nico, as terras são marinhãs?
— E, como o senhor vê. São marinhãs, sim senhor...
— Continuámos a jornada. E eu, subarçado:
— Mas não dão nada mesmo, nhô Nico.
— Quêr...
— Tudo assim: unha de gato, barba de bode, capoeirinha...
— Tudo assim, sim senhor. Unha de gato, barba de bode...
— De repente, como um oasis verde miraculoso, vi, no curto de um morro, um cafezal virente, basto, camuflado, lindas laranjeiras afestoadas de fructos, uma roça de milho já colhida, sinais de artozes vastos, recém-ceifados.

— E está! — murmurei, embatucado. Ali ali, terra infecunda e lisa, como a lepra da esterilidade e a houvessa calcinada, de subito, um paraíso em flor...
E perguntal ao nhô Nico, atirado:
— Que diabo é isso, nhô Nico. Como é que ali a terra é tão fértil e a cauzal da que é uma beleza, e atrás tudo é raso, como um campo de maldição?
O homem fez um murchinho, muito admirado, e respondeu, como si dissesse a coisa mais banal do mundo:
— Isso é porque elles prantão, uai!

HELIOS

Anniversarios

Festeja hoje seu natalicio o sr. dr. Cesarrio Bastos, ex-senador estadual.

Ao anniversario apresentamos as nossas felicitações.

Passa hoje o anniversario natalicio do sr. dr. Pedro Augusto Gomes Cardin, director e fundador do Conservatorio Dramatico e Musical de S. Paulo, e nosso confrade de imprensa.

Quer como professor, quer como jornalista e escriptor, o seu perfil se destaca como o de um homem de prestigio no vello da sociedade paulista, onde vive cercado da consideração e estima de seus innumeros admiradores.

A Gomes Cardin, que tem sido tambem o paladino do Theatro Nacional, para cujo progresso não tem poupado os melhores esforços, o "Correio Paulistano" envia effusivos e cordaes cumprimentos.

Fazem annos hoje:
O menino Chiquito, filho do fallecido sr. dr. Carlos Carneiro Santiago;

O menino Angelino, filho do sr. dr. Angelo Sanguinetti;

A senhora Odete, filha do sr. dr. Afonso de Freitas, secretario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo;

A senhora Carmelita, filha do sr. Affonso Pellegrini Noves Sobrinho, guarda-livros nesta praça;

A senhora Mariana, irmã do sr. Manoel Mendes Augusto, negociante nesta praça;

Fazem annos hoje:
O menino Chiquito, filho do fallecido sr. dr. Carlos Carneiro Santiago;

O menino Angelino, filho do sr. dr. Angelo Sanguinetti;

A senhora Odete, filha do sr. dr. Afonso de Freitas, secretario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo;

A senhora Carmelita, filha do sr. Affonso Pellegrini Noves Sobrinho, guarda-livros nesta praça;

A senhora Mariana, irmã do sr. Manoel Mendes Augusto, negociante nesta praça;

Rols. Depois, será dada a palavra ao sr. Amadeu Amaral, membro da Academia Brasileira de Letras, que fará uma conferencia sobre o thema "Mocidade e optimismo".

Em seguida, a senhorita Aracy Amorim, alumna da professora senhorita Celina Branco, executará os violões de "Ave Maria", do Schubert, e "Gênese da Casarda", de Jeno Hubay, sendo acompanhada ao piano pelo professor sr. Affonso Martins Grau.

Encerrará a parte litterario-musical o poeta dr. Paulo Setubal, que recitará varias poesias de sua lavra. Depois, iniciará-se as danças.

O "Lyric Club", com sede a rua José Paulino, n. 118, realisa amanhã um vespéral dancante, que terá inicio ás 19 horas. Recebemos amavel convite.

NOVAS REDUCÇÕES

Louças, vidros, porcelanas, crystaes
CASA LEITE
RUA ALVARES PENTEADO, N. 3

Passageiros dos nocturnos

De S. Paulo para o Rio — Pelo primeiro nocturno, seguiram os srs.: dr. Borges da Cunha, Tessa Melham, Arthur Nova Kowalski, mine. Emma Manes, Mathews dos Santos, Emilio Bignani, L. Scheffeldker, José Carlos, Raul Guimarães, Alfredo de Campos e familia, dr. José Pereira de Sampaio, Richard Jonowitzer, Salvador Sarmiento e familia, dr. Carvalho de Souza e José Mendonça da Silva e senhora.

Pelo comboio do luxo, seguiram mais os srs.: Juliano Martins, Araújo Lima e senhora, comendador Eduardo Garcia Sastre, mlie. Amelia Garcia Sastre, Jostilio Jaffet, dr. Emilio Capellano, dr. Mario Pontual e familia, dr. Christiano das Neves, Oswaldo Pompeu do Amaral, Octaviano Pompeu do Amaral, Homero de Almeida e familia e Hildefonso Dutra.

Do Rio para S. Paulo — Pelo primeiro nocturno vêm os srs.: dr. Manuel Madruga, J. Castro, dr. Adolpho Possolo, capitão J. J. Castro Affonso, ministro Jesuino Cardoso e familia, dr. João Pedro Cardoso e familia, Ernesto Selas e familia, sr. Elvira Andrade, coronel José Carlos Monteiro de Barros, Julio Cruz, Sebastião Sparapani, Audrino Aranha, Henrich Facklan, dr. Pereira de Rezende, Nery G. Haddad, Francisco Boucher, dr. Carvalho Lima e familia, Carlos Schmidt de Barros, e dr. Silveira Netto.

Pelo comboio do luxo vêm mais os srs.: dr. J. J. Vanzolini, José Ferraz, José Marov, capitão João Joaquim Mattos Azeredo, Augusto Salles, Jorge Carlos Melio, Octavio Gomes e familia, dr. Jambel Costa, comend. Matrazzo, Januario Salerno, Luiz Leão Fernandes e senhora, dr. Arlindo Luz, dr. Ricardo Severo, Alfredo Conoin, Ricardo Arruda, Henrique Lage, senhora Rocha Tombo, dr. Brás Revedora, Frederico Sierra e senhora, Carlos Henrique de Castro e familia.

Os noivos receberam muitas cartas, cartões e telegrammas de felicitações.

Os noivos receberam muitas cartas, cartões e telegrammas de felicitações.

Realiza-se hoje, no salão do Conservatorio, ás 20 1/2 horas, o 19.º sarau musical e litterario, promovido pela revista "A Vida Moderna" em honra da pianista senhora Dinorah de Carvalho, que partirá, segunda-feira proxima, para a Europa, aonde vai concluir os seus estudos.

Essa festa de arte, que promette grande brillantismo, obedecerá ao seguinte programma:

Primeira parte — 1 — a) Chopin — Preludio; b) Sganbali — Minuetto; c) Dinorah Carvalho — Pylampas, pela senhora Dinorah Carvalho; 2 — a) F. Otero — A Fonte e a Flor; b) A. Messager — Fortunio "Maison Grise", pelo sr. Edgar Arantes; 3 — a) Manuel do Carmo — Versos; 4 — a) Verdi — Rigoletto — Monólogo; b) Rossini — Barberio de Sevilha — Largo al fatoutim, pelo sr. Armando de Queiroz Mondegio; 5 — a) Brahms — Glue — Gavotte; b) Liszt — Fumacres, pela senhora Dinorah Carvalho.

Segunda parte — 6 — Dinorah Carvalho — Dança das Bonecas, pela senhora Dinorah Carvalho; 7 — a) Caccini — Ametilli; b) Donizetti — Kiss of Amore — "Uma furtiva lacrima", pelo sr. Edgar Arantes; 8 — Manuel do Carmo — Versos; 9 — a) Wagner — Tannhäuser — Canção da Estrela; b) C. Gomes — Schivo — Sopetino di me... pelo sr. Armando de Queiroz Mondegio; 10 — Puccini — Bohème — Dueto do 4.º acto, pelos srs. Edgar Arantes e Armando Mondegio; 11 — Gounod — Hymno Nacional, pela senhora Dinorah Carvalho.

Os acompanhamentos ao piano serão executados pelo professor C. Carlinio.

Realiza-se amanhã, no salão do Conservatorio, um interessante vespéral dancante, promovido pelo estabelecimento escolar "Emmeraldino Primo", em beneficio das creanças orphãs annuadas pela directoria daquella collegio, sra. de Eunice Caldas.

Em torno dessa festividade terão grande enthusiasmo, já tendo accedido convites multas familias da nossa melhor sociedade, dentre as quaes destacamos os seguintes nomes:

C. P. Vinha, Campos Vergueiro, Felix Ferraz, Souza Canhães, H. L. Azevedo Marques, Horacio V. Rudge, Sousa Pereira, Christiano Machado, Genesio Pignatelli, Ribeiro dos Santos, Juqueira Procopio, Horacio de Mello, Carlos de Barros, João Velloso, Miguel de Alvaranga, Scarpino de Carvalho, Nicola Scarpa, Domingos Gonçalves, Max Klabin, Eduardo Pirajá, William E. Lee, Pereira Bueno, Bittencourt, Vicente Peitendo, José Almeida Salles, Orlando Pereira, Nery Barreto, Gonç. Pontes, Nicola Modeno, dr. Carlos Guimarães, Brandi Frolas, Oscar Americano, Daniel Delonio, Jorge de Moraes e Azevedo Silva.

E' hoje que se realiza, nos salões do Triunfo, o esperado festival, promovido pelos alumnos do Gymnasio do Estado, sob os auspícios do "Gremio Gymnasial Augusto Frederico de Silva", em comemoração da passagem do 27.º anniversario da installação daquella estabelecimento de ensino.

Durá principio á festa em um sessão solenne, que terá inicio ás 20 horas em ponto.

Em primeiro lugar, falará sobre a data da fundação, o orador do Gremio, sr. Alberto de Siqueira

Foi o seguinte o movimento dos diversos cartorios de paz da capital: SANT'ANNA — Nascimentos — Antonio, filho de José Barbosa; Isabel, filha de Carlos Ferreira; Isabel, filha de José Alexandre; Augusto, filho de Eduardo de Araújo.

Casamentos — Armando Soares com d. Elisa Kathen; Miguel Gomes com d. Manuela Benite.

Obitos — Manuel Esteves, casado, Metuella Del Rio, viúva; Roberto, filho de Jorge de Assis.

BOM RETIRO — Nascimentos — Maria Aparecida e Jacira, gemeas, filhas de Joaquim M. Tavares; João, filho de Antonio Santos; Pedro, filho de Lucio Ribeiro; Adelino, filho de José Dias.

Casamentos — Antonio M. Gonzalves com d. Emmeraldina Pillat; Quintino Ferreira com d. Maria dos Santos.

Obitos — Affonso, filha de Silveira Allerti; Isabel Massa, viúva; Francisca Maria da Conceição, casada.

SANTA CECILIA — Nascimentos — Julia, filha de João P. Borba; Angelina, filha de Carlos Manis; Angelino, filho de Joaquim Alves Ferreira.

Casamentos — Não houve.

Obitos — Não houve.

LIBERDADE — Nascimentos — Fortunato, filho de Pantaleão Angelo; Dirceu, filho de João da Silveira; Carlos, filho de Carlos Fredrichsen.

Casamentos — Não houve.

Obitos — Jenny, filha de Antonio Almeida.

BELLA VISTA — Nascimentos — Conceição, filha de Nicolai Del Negro;

OS INTENDENTES ARGENTINOS

O dia de hontem — Excursão á fazenda de Santa Gertrudes — O jantar, de amanhã, no Palace Hotel — Palestra com os nossos visitantes

Os nossos illustres hospedes de Buenos Aires dedicaram o dia de hontem a uma excursão á fazenda de Santa Gertrudes, de propriedade do sr. Guilherme Prates. Esse passeio proporcionaria aos intendentes argentinos oportunidade para ficarem conhecendo de perto a nossa lavoura cafeeira, que é a grande força economica de S. Paulo.

Pela manhã de hontem os representantes da municipalidade de Buenos Aires partiram, em trem especial da Companhia Paulista, para aquella propriedade agricola.

A comitiva compunha-se de seis argentinos, que foram acompanhados pelo dr. Eugenio Cattine, conselheiro municipal de S. Paulo, dr. Armando Prado e Mario do Amaral, aquelle vereador e este vice-presidente em exercicio da nossa Câmara Municipal; sr. Plinio Ramos e Horio Barbosa, altos funcionarios da Prefeitura, e dr. Guilherme Prates, proprietario da fazenda de Santa Gertrudes.

A viagem decorreu entre a mais franca alegria e cordialidade.

Em Santa Gertrudes a impressão causada nos nossos visitantes foi excellente. Não pouparam elles — as palavras tão gentis e affaveis — palavras de enthusiasmo pelo que viam.

O regresso deu-se á tarde, chegando os intendentes argentinos a esta capital ás 20 horas, dirigindo-se ao Palace Hotel, onde se acham hospedados.

Após o jantar receberam visitas dos seus collegos de S. Paulo, representantes da imprensa e mais pessoas que os procuraram.

FOI ADIADO O REGRESSO DOS INTENDENTES

O dr. Julio Agote, secretario da delegação dos intendentes de Buenos Aires, não acompanhou os seus collegos no passeio á fazenda de Santa Gertrudes.

S. A. precisou ficar nesta capital para tomar diversas providencias sobre a viagem de regresso dos nossos visitantes ao seu paiz.

Estava marcada para hoje a partida dos intendentes argentinos para Santos, de onde, após uma visita a esta capital, embarcariam rumo a Argentina.

O regresso, porém, foi adiado para amanhã, 6.º de S. Paulo terá o prazer de receber por mais um dia os representantes da cidade de Buenos Aires.

UM JANTAR OFFERECIDO A MUNICIPALIDADE PAULISTA

Hoje, ás 20 e meia horas, no Palace Hotel, offerecem os nossos illustres hospedes um jantar aos seus collegos da edilidade paulista.

O dr. Julio Agote, secretario da delegação, que permanece nesta capital durante o dia de hontem, convidou o sr. presidente do Estado, secretarios do governo, outras autoridades locais e a imprensa para esse jantar com que os dois intendentes exprimam a sua sympathia e estima pela municipalidade de S. Paulo.

O dr. Julio Agote deu-nos hontem o prazer de sua visita, trazendo a esta redacção um convite para o referido jantar.

UMA RAPIDA PALESTRA COM O DR. AGOTE — IMPRESSÕES SOBRE S. PAULO

— Uma Chicago, pelo seu movimento, pelo seu progresso, foi logo nos dizendo o dr. Julio Agote, convidando-nos amavelmente a entrar nos seus aposentos, no Palace Hotel.

Um sorriso affavel paira sempre nos labios do distincto secretario da delegação, que é, pelas suas maneiras, ao mesmo tempo de actividade, de energia e de gentileza, o legitimo representante não apenas das autoridades locais e a imprensa, mas da intelligencia e da cultura da Republica Argentina.

— E as impressões de seus collegos?

— Magnificas. Estamos captivos do acolhimento dos paulistas, estamos apenas sentindo que o tempo destinado á nossa permanencia na sua terra seja tão escasso...

— Deviamos, realmente, demorar-nos mais em S. Paulo.

Infelizmente não podemos, porque o Conselho Municipal vai funcionar após o nosso regresso. Esta visita, aliás, tem um fim moral, cuja significação o senhor bem comprehende. E' uma homenagem á sua terra, mais um passo que se dá para o estreitamento das nossas relações de amizade.

— Essas relações, do facto, já existem, retinhamos. Uma corrente de sympathia que se origina da afecção dos nossos ideaes irmanos S. Paulo a Buenos Aires.

— E Buenos Aires, disse-nos num tom de solennidade o distincto interlocutor, e Buenos Aires, por isso mesmo, representa-se aqui por aqueles que tiveram o grande suffragio das urnas, os eleitos de um partido que abraça, mais do que a patria, a moralidade absoluta da ordem.

— E' uma grande honra.

— E' o aprego que voltamos ao seu paiz. A estima sincera entre a Argentina e o Brasil.

— Que devem ser amigos...

soffrido pelas tropas gregas, na Asia Menor, observa que esse resultado vierá justificar, plenamente, a previsão feita em tempo pelo marechal Foch. Ao concluir, o "Daily Express" declara que já duraram bastante os acontecimentos provocados pelas desastrosas ambições do rei Constantino e que era chegada a occasião de se regular a questão do Oriente. — (Havas)

AS FORMIDAVEIS CONTRA-OP- FENSIVAS TURCAS — A GRECIA JÁ ESTÁ LANÇANDO MÃO DA CLASSE DE 1922

ATHEENAS, 15 (A) — O organo official publicou hoje o decreto real que chama as fôrças do exercito a classe de 1922, bem como os individuos da classe de 40 annos, que foram naturalizados depois de 1921. — (Havas)

O FRACASSO DAS TROPAS GREGAS FOI EM TEMPO. PRE-VISTO PELO MARCHEAL FOCH

LONDRES, 15 — O "Daily Express", fazendo hoje uma exposição completa da realidade do fracasso

estabelecido para os passados e visitas dos nossos illustres hospedes aos diferentes pontos de S. Paulo. Hontem, após o regresso dos intendentes argentinos do interior, foi definitivamente resolvida a realização do festival com que os estudantes da Faculdade do Direito homenageiam a delegação.

Comparcerão os srs. intendentes, após o jantar no Palace Hotel, ao Casino Antarctica, assistindo, ás 23 horas, a uma "acta variada" organizada pela Companhia Leopoldo Fróes.

A HONENAGEM DOS ESTUDANTES

Os estudantes da Faculdade do Direito, desejando dar aos intendentes argentinos uma prova da admiração e estima que os representantes da cidade de Buenos Aires merecem da nossa sociedade, tiveram a feliz idea de organizar um espectáculo no Casino Antarctica, no qual se apresentarão, sob a orientação de Leopoldo Fróes, alguns grupos com o caracter puramente nacional. E' uma oportunidade que os estudantes offerecem aos nossos hospedes, para que estes possam conhecer canções e versos de sabor regional.

O programma é o seguinte:

I — Sorrieles, versos, Carlos Barbosa.

II — Os homens, pela actriz Cordelia Ferreira.

III — Valsa, Luciola, Francisco Pezzi.

IV — A festa do céu, João Barbosa.

V — Versos calpiras, Carlos Torres.

VI — Uma romanza, Adriana Noronha.

VII — Canção, Lucilla Ferreira.

VIII — Trovador dos "Palmões", Nacimento Silva.

IX — Canções argentinas, Alonito.

X — Minusa, Leopoldo Fróes.

Em nome dos estudantes, saudarão os intendentes argentinos o sr. Jaco de Assis.

A commissão de academicos que promove essa homenagem aos nossos illustres hospedes convidou para o festival os srs. presidente do Estado, secretarios do governo, prefeito municipal, outras autoridades e a imprensa.

THEATROS

SANT'ANNA

Preencheu a 5.ª recita de assignatura da Companhia Allemã de Oprelles a peça de A. M. Willner e Rodolpho Oesterreicher, musica de Emmerich Kálmán, "A fada do Carnaval", nova para S. Paulo, como, aliás, todas as demas operetas que têm sido levadas á scena pelo conjunto artistico que presentemente trabalha no theatro Sant'Anna.

A historia da aventura amorosa da princesa Alexandra, que, em pleno carnaval, entra a divertir-se num alegre club de artistas, apaixonando-se, e, depois de varias peripetias, casando-se com um delles, já é conhecida dos nossos leitores, pelo resumo do libretto que hontem publicamos. Acrescentaremos que os librettistas se houvem com certa felicidade em encenar as varias scenas, que se acompanham com agrado, especialmente no primeiro acto, cujo final, de muito effeito, é acompanhado por um trecho de musica, uma valsa, que serve de "leit-motiv" a quasi todos os duetos entre a princesa Alexandra e o pintor Ronay, orquestralmente trabalhado e de deliciada inspiração.

O espirito que o maestro Kálmán escreveu para "A fada do Carnaval" é todo elle bem feito, e não que se refere á orquestração, já no que diz respeito á parte puramente musical, em que se notam trechos de inspiração facil e abundante.

O primeiro acto, porém, faz esperar muito mais, dados os numeros de musica que nelle se observam. Não foi isso o que aconteceu: no segundo acto, o compositor pouca coisa nova escreveu e no terceiro limitou-se a reproduzir trechos dos actos anteriores.

O desempenho foi bastante homogéneo, sobre a scena, porém, a sra. Gröschel-Milowich, que, no papel de protagonista, se houve de fôrma a nvecer os males corporaes applausos da assistência, quer como cantora, quer como actriz. O seu trabalho todo foi digno de elogios.

O actor comico sr. Theo Lucas, que tomou no personagem de Ruben von Mitzelburg amplo espaço de dar expansão á sua interpretativa, veio com a sua interpretação em constante hilaridade, no que foi bem secundado pelos srs. Carl Reul e George Urban.

O tenor Walter Jankuhn, no papel de Victor Ronay, cantou e representou optimamente a sua parte, o mesmo podendo-se dizer da graciosa actriz Mizzi Delorm, que compoz uma interessante Lili Ascherbrenner. A todos esses artistas, bem como aos demais, que contribuíram effusivamente para a homogeneidade do conjunto, a assistência — dispensou frequentes e calorosos applausos.

A orchestra, sob a habil direcção do maestro Arthur Guthman, deu o necessario relevo ao novo apertado de Kálmán.

Scenários e vestuários apropriados.

Hoje, em sexta recita de assignatura, sob a scena a opereta, em 3 actos, de Leon Jessel, "A menina da Floresta Negra", cujo entredo é o seguinte:

"A aprazível aldeia de S. Christovam, nos altos da Floresta Negra, possui uma sumptuosa igreja velha com um magnifico organ, razão por que para ella tambem se achava contratado um celebre organista, o chefe de orchestra sacra, Blasio Korner. Na solidão da aldeola, elle se adaptou inteiramente ás suas condições de vida, e presta boas servicoes aos camponeses, com os seus conselhos e acesos. Desde muito organizado todos os annos a festa de Santa Cecilia, em que, conforme a tradição, todos os namorados que ali se encontram serão aproximados uns dos outros para os esposas. Elle mesmo, um viçoso e cinquentenario, permaneceu solteiro e tem para guardar e dirigir os servicos domesticos a Barbara, uma diva de rapariga da Floresta Negra. Aproximam-se outra vez a festa de Santa Cecilia, e entre outros festeiros, chega tambem gente da cidade, que quer ficar conhecida a convite da municipalidade. No meio dos festeiros encontram-se dois rapazes divertidos que, numa excursão através da Floresta Negra, repousam na casa de Blasio. Elle visita o organista, e nessa occasião travam conhecimento tambem com Barbara, e um delles, sem perda de tempo, se enamora da vivaz "rapariga da Floresta Negra". Ella corresponde a esse namoro, ella chega á comprehensão dos seus sentimentos, e como não sabe interpretar estes, procura o seu irmão Blasio, com quem ella tem todo o seu conselho. Como este, gentilmente, se interia das suas perguntas e bondosamente lhe dá o seu conselho, ella lhe dá, em signal de reconhecimento, uma beijo. Esse beijo faz que o bom Blasio fique completamente desconcertado, suppe-se seriamente amado de Barbara, e occupa-se com o pensamento de casar com ella. Antes, porém, que isso chegue a um decalco, Barbara e o seu amado já se entenderam um com o outro.

O desempenho da acção é activo, de ainda por numerosos trechos, em parte como personagens principais e em parte como comparsas. Surte ali uma senhora de cidade grande que, encimada, seguiu o seu amante infiel até á aldeola. Além disso, apparecem a mãe de Barbara, um papel bem desempenhado de bruxa de aldeia; o taberneiro divertido da estalagem do Touro e um viajante impertinente de Berlim. O melhor de tudo é que, afinal, todos os namorados se entendem na festa de Santa Cecilia.

De desampenho, que correu tão animado quanto na primeira representação, grangearam farta messe de applausos do auditorio e sympathico actor patricio Leopoldo Fróes, Olavo de Barros, Lucilla Ferreira, Adeline Coutinho, Iris Próes, Cordelia Ferreira, Carlos Torres e os demais que se incumbiram das principais papeis.

Hoje, espectáculo offerecido pela classe academica em homenagem aos intendentes argentinos que se encontram em visita a S. Paulo. Constará esse espectáculo, que promette reventar-se de muito bello, da representação da peça "A Raia", de Henry Bernstein, e de um interessante acto variado, no qual

Perante auctado auditorio, a Companhia Leopoldo Fróes levou hontem á scena, pela segunda vez, no Casino Antarctica, a interessante comedia "A filha da dona da penca", de Abundio Paria Rosa.

No desempenho, que correu tão animado quanto na primeira representação, grangearam farta messe de applausos do auditorio e sympathico actor patricio Leopoldo Fróes, Olavo de Barros, Lucilla Ferreira, Adeline Coutinho, Iris Próes, Cordelia Ferreira, Carlos Torres e os demais que se incumbiram das principais papeis.

Hoje, espectáculo offerecido pela classe academica em homenagem aos intendentes argentinos que se encontram em visita a S. Paulo. Constará esse espectáculo, que promette reventar-se de muito bello, da representação da peça "A Raia", de Henry Bernstein, e de um interessante acto variado, no qual

Perante auctado auditorio, a Companhia Leopoldo Fróes levou hontem á scena, pela segunda vez, no Casino Antarctica, a interessante comedia "A filha da dona da penca", de Abundio Paria Rosa.

No desempenho, que correu tão animado quanto na primeira representação, grangearam farta messe de applausos do auditorio e sympathico actor patricio Leopoldo Fróes, Olavo de Barros, Lucilla Ferreira, Adeline Coutinho, Iris Próes, Cordelia Ferreira, Carlos Torres e os demais que se incumbiram das principais papeis.

Hoje, espectáculo offerecido pela classe academica em homenagem aos intendentes argentinos que se encontram em visita a S. Paulo. Constará esse espectáculo, que promette reventar-se de muito bello, da representação da peça "A Raia", de Henry Bernstein, e de um interessante acto variado, no qual

Perante auctado auditorio, a Companhia Leopoldo Fróes levou hontem á scena, pela segunda vez, no Casino Antarctica, a interessante comedia "A filha da dona da penca", de Abundio Paria Rosa.

No desempenho, que correu tão animado quanto na primeira representação, grangearam farta messe de applausos do auditorio e sympathico actor patricio Leopoldo Fróes, Olavo de Barros, Lucilla Ferreira, Adeline Coutinho, Iris Próes, Cordelia Ferreira, Carlos Torres e os demais que se incumbiram das principais papeis.

Hoje, espectáculo offerecido pela classe academica em homenagem aos intendentes argentinos que se encontram em visita a S. Paulo. Constará esse espectáculo, que promette reventar-se de muito bello, da representação da peça "A Raia", de Henry Bernstein, e de um interessante acto variado, no qual

Perante auctado auditorio, a Companhia Leopoldo Fróes levou hontem á scena, pela segunda vez, no Casino Antarctica, a interessante comedia "A filha da dona da penca", de Abundio Paria Rosa.

No desempenho, que correu tão animado quanto na primeira representação, grangearam farta messe de applausos do auditorio e sympathico actor patricio Leopoldo Fróes, Olavo de Barros, Lucilla Ferreira, Adeline Coutinho, Iris Próes, Cordelia Ferreira, Carlos Torres e os demais que se incumbiram das principais papeis.

Hoje, espectáculo offerecido pela classe academica em homenagem aos intendentes argentinos que se encontram em visita a S. Paulo. Constará esse espectáculo, que promette reventar-se de muito bello, da representação da peça "A Raia", de Henry Bernstein, e de um interessante acto variado, no qual

Perante auctado auditorio, a Companhia Leopoldo Fróes

FACTOS DIVERSOS

SOCIEDADE RURAL
BRASILEIRA

Realizou-se, no dia 14 do corrente, na sede da Sociedade Rural Brasileira, a sessão semanal ordinária, a que compareceram todos os membros da diretoria e grande número de socios.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, procedeu-se à leitura do expediente, que contou de varios assuntos de importância.

Em seguida, o sr. Carlos Leontio de Magalhães fez uma longa e documentada exposição sobre a propaganda do nosso café.

Ficou, também, assentado que a Sociedade Rural Brasileira trabalharia em prol do emprestimo que o governo federal acaba de lançar, para atender às exigências da defesa do café, accorrendo a cada lavrador a conceder com uma obrigação de cinco ou dez contos.

BRASIL MODA N. 51

Procurar na r. Libero Badard, 101, R. Direita, 8-A ou pelo tel., 3130, Cent.

DESASTRE
NA ESTAÇÃO DO BRAZ

Um operario com a perna mutilada. Hontem, ás 17 horas, o operario da Inglesa Alberto Ivo da Fonseca Vieira, ex-sargento da Força Publica, casado, de 37 annos de idade, estava occupado a illuminar diversos postes de signaes que ha na linha, na estação do Braz, quando foi colhido pelo trem procedente de Santos, tendo soffrido mutilação da perna esquerda.

Imediatamente soccorrido por outros operarios e funcionarios da estação, foi levado á policia, que comparecendo no local, fez transportar a victima para o Asistencia, onde foi medicado pelo sr. Theodorico Filho, e depois removido para o Hospital Samaritano, em estado grave.

Tomou conhecimento do facto o sr. dr. Augusto Leite, 1.º delegado wulliar.

"CIELO-MARE"

"Cielo-Mare" — Monde Vecchio e Nuovissimo! — é o titulo de uma interessante publicação, finamente illustrada, que o Lloyd Sabado mandou editar para propaganda da sua linha de navegação entre a Europa e a Australia.

Gratos pelo exemplar remetido.

MERCADO DE CARNE

Matadouro Municipal

Movimento do dia 15 do corrente:

No Matadouro Municipal foram abatidos 67 bovinos, 111 suínos, 9 ovinos, 1 vitello e 4 leitões.

Foi inutilizado 1 suíno por cisticercose.

Emblema do carimbo, "Andorinha".

Preços correntes da carne, em kilos, no Tendal:

Bovinos \$800 a \$850

Suínos \$1500 a \$1600

Vitello \$1200

Ovinos \$1600

Caprinos \$1600

Leitões \$2500 a \$3000

Mercado de Gado no Rio

RIO, 15 — (Especial) — No Matadouro de Santa Cruz foram abatidos 307 rezes, 38 vitellos, 12 carneiros e 51 porcos. O stock nos campos é de 2.699 boia, 217 vitellos, 20 carneiros e 483 porcos; nos curraes 547 boia, 60 vitellos, 12 carneiros e 120 porcos.

Os preços foram, para a res, 1.200 vitello, \$2500; carneiros, 2.500 e porcos, \$2500.

Em Mendes foram abatidos 295 boia e na Penha 24, em ambos os mercados ao preço de \$1100.

MORREU EM VIAGEM

Pedro Granase, italiano, de 62 annos de idade, residente em Santa Clara, embarcou hontem em S. José dos Campos com destino a esta capital, onde vinha visitar alguns parentes.

Em viagem, Pedro Granase falleceu repentinamente.

O obito foi verificado, nesta capital, pelo dr. Pativa Lima, e, depois, entregue á familia o cadaver do infeliz viajante.

DESASTRE GRAVE

Mais uma criança atropelada

A's 10 horas e meia de hontem, a menor Emma, de 15 annos de idade, filha de Carlos Anticilha, residente á rua Carnot, n. 93, transitava pela rua São Caetano, quando foi atropelada pela carroça n. 11.484, que subia aquella rua com grande velocidade.

A carroça, que pertence a uma lenharia da rua Canindé, n. 14, continuou na sua marcha, tendo-se avaidado o seu carroceiro.

Os ferimentos recebidos pela victima foram considerados graves, sendo Emma internada na Santa Casa.

O sr. dr. Andreino de Assis, 8.º delegado, abriu inquerito sobre o desastre.

ACCIDENTES

NO TRABALHO

O operario Augusto da Oliveira, de 30 annos de idade, solteiro, residente á rua Dr. Almeida Lima, n. 2, quando trabalhava hontem, á tarde, na cactação do Norte, no serviço de armazém, cahiu, fracturando o osso do nariz.

Soccorrido pela Asistencia, foi medicado pelo sr. dr. França Filho, depois do que foi internado na Santa Casa.

PRISÃO

DE UM GATUNO

Foi preso, no Rio de Janeiro, tendo chegado hontem a esta capital, o individuo José da Silva Germano, pronunciado por crime de furto pelo sr. juiz da 1.ª vara de Santos.

Esse preso, devidamente escollado, seguiu hoje para a vizinha cidade.

COBRADOR

MAL SUCEDIDO

Salvador Abdala, ex-rio, de 32 annos, cobrador, residente á travessa Antonio de Barros, dirigindo-se hontem a casa de Jorge Pretone, afim de effectuar uma cobrança, foi por este agredido com uma tesoura.

Abdala apresentou queixa á policia, tendo sido medicado pelo dr. Pativa Lima.

Sobre o caso foi instaurado inquerito, que proseguirá na 8.ª circumscripção.

MENOR ATROPELADO

Carroceiro que se cravou

O menor Gumerindo Silva, de 15 annos, morador no Bom Retiro, transitava hontem ás 10 horas pela rua Trés Rios, quando foi atropelado pela carroça n. 1347, sendo atirado a distancia.

Da queda resultou Gumerindo ficar ferido nas costas e bastante contundido.

O dr. Andreino de Assis, delegado de serviço, compareceu no local, tomando as providencias para a remoção do ferido para a Asistencia, onde foi medicado.

O carroceiro, que não foi reconhecido, evadiu-se, tendo a autoridade instaurado inquerito, que proseguirá a cargo do dr. Octavio Ferreira Alves, 2.º delegado de policia.

ABALROAMENTO

Um empregado da Lâmprea Publica cuspiu da carroça

Hontem, ás 9 horas, o motoneiro José Gonçalves conduzia, com certa velocidade, o bonde de Pinheiro, com destino áquelle bairro, quando, ao passar pela avenida Municipal, em frente ao cemiterio da Arca, abalrou uma carroça da Lâmprea Publica.

Em consequencia do choque, foi cuspidor fora deste vehiculo o carroceiro Antonio Manuel Rodrigues, residente á rua Alvim, 89, que soffreu ferimentos na região interescapular.

Desse facto tomou conhecimento, instaurando o respectivo inquerito, o dr. Andreino de Assis, delegado de policia na Central.

TENTATIVA
DE SUICIDIO

Hontem, á tarde, a preta Maria Rosa da Conceição, solteira, de 22 annos de idade, residente numa casa de commodos da rua Glycerio, n. 95, tentou suicidar-se, ingerindo uma regular dose de crocôlita misturada com lyol.

Chamada a Asistencia, a trejeitada rapariga foi removida para o posto da Central, onde recebeu os primeiros socorros, sendo depois removida para a Santa Casa, onde ficou em tratamento.

O dr. Mascarenhas Neves, delegado de serviço na Central, tomou conhecimento do facto.

PRINCIPIO
DE INCENDIO

Hontem, ás 21 horas, manifestou-se um principio de incendio num armazem de secos e molhados da avenida Clevisland, 46.

Avistada a estação d'Occidente, os bombeiros não tiveram que fazer, por não haver mais vestigios de fogo.

BLENORRAGIA

Cura classica, moderna e directa, só com o uso da

Nucleo Proteina "Dessy"

Nas phartrias e drogarias. Pegam informações ao Instituto Biológico Argentino (São Paulo), R. 15 DE NOVOEMBRO, 29, 1.º andar

ACQUIZIÇÕES
DE PROPRIEDADES

Adquiriram propriedades nesta capital, em data de hontem:

Francisco Serravallo, um terreno na freguesia do O', por \$600000;

Bento Gonçalves, um terreno na freguesia do O', por \$500000;

João Satyro Simões, um terreno na freguesia do O', por \$800000;

João Baptista de Toledo, um terreno na villa Almeida, por \$4000000;

E. Eulalia Faria de Toledo, um terreno á rua Casimiro de Abreu, por \$10000000;

José Capane, um terreno na villa Aricanduva, por \$500000;

Antonio Marinho e outro, um terreno na villa Leopoldina, por \$800;

João Uglione, os predios na 23 e 25 da travessa do Braz, por \$50000000;

João Duarte de Oliveira, um terreno á rua Coronel Lisboa, por \$7320000;

João Fontom, um terreno na freguesia do O', por \$600000;

Hugo Suppl, o predio na 20 da rua Condé de Sazareda, por \$20000000;

Carmine Celestano, um terreno á rua Capote Valente, por \$500000;

Eugenio Martin, uma chacara á rua Francisco Marengo, por \$20000;

Antonio N. Costa, doçote, o predio n. 20 da rua Tabatinguera, por \$8000000;

Napoleão Fontan e outro, uma parte de terras no sítio das Laranjeiras, na freguesia do O', por \$800000;

Domingos Severino, os predios na 113 e 115 da rua Barão de Iguaçu, por \$26000000;

Cesar Catansuano, differença na compra dos predios na 35 e 41 da rua Carneiro Leão, por \$150000000;

José Ferreira, um terreno no bairro de Itaquera, por \$15470000;

Guilherme Irmãos, um terreno no bairro do Ipiranga, por \$4000000;

Henrique Bastos, a metade do predio n. 4 da rua Veridiana, por \$125000000;

Paschoal Mazaferro, um terreno á rua Barão de Iguaçu, por \$25000000;

Girardo Bruno, um terreno á rua Barão de Iguaçu, por \$25000000;

José de Oliveira, uma casa s/n. á rua do Meio, bairro de Carandiru, por \$15000000;

Comp. Paulista de Industria e Commercio, os predios na 87 e 91 da rua Vergueiro, por \$50000000;

Arnaldo Teixeira Macedo, um terreno na villa Berrington, por \$6000;

Vicente Campanaro, o predio n. 26 da rua Barra de Tibagy, por \$45000;

d. Anna Victorina, um terreno na chacara Itahym, por \$3000000;

d. Candida Silva, um terreno no bairro do Indianopolis, por \$10000;

Eugenio Falcato, terras na fazenda Aricanduva, por \$15500000;

Costabile Malazarro, arrematado, o predio n. 6 da rua Pinto Gonçalves, por \$10500000;

Valores dos imoveis adquiridos, \$78790000.

LOTERIA FEDERAL

Resultado das principais premios da extração de hontem:

38091 \$200000000

50083 \$30000000

12571 \$10000000

44460 \$10000000

55479 \$10000000

A beleza se adquire com o uso do
"POLLAH"
Crème científico da American Beauty Academy

CONSEGUI QUE AS ESPINHAS E CRAVOS DESAPARECESSEM

Recebi a sua resposta e, hoje, gratissima, dirijo-lhes a presente para agradecer o grande bem que me proporcionaram, curando completamente a minha pelle. Unicamente com o seu CREME POLLAH e lavando o rosto com a FARMACIA POLLAH, consegui que as espinhas e cravos que tanto me faziam feia, desaparecessem, estando agora com uma pelle admiravel. Autorizo a publicação deste bilhetinho, carta de concorrer para o embelezamento das minhas semelhantes.

Sua cliente agradecida. — MARIA GOMES DE MACEDO.

Rio, 12 de agosto de 1920.

O CREME POLLAH e a FARMACIA POLLAH encontram-se nas boas pertunarias. Remette-se gratuitamente o livro "Arte da Beleza", a quem enviar o coupon abaixo.

(Correio Paulistano) — Cúrie coupon a remetter ao Sr. Rep. da American Beauty Academy — Rua 1.º de Março, 151, Sob. — Rio.

NOME

RUA

CIDADE

ESTADO

LOTARIA DE S. PAULO

Realiza-se hoje mais uma extração de sorte de accreditada loteria, sendo o premio maior de 60 contos de reis.

QUANDO COMECEI A TOSSIR E SUAR MUITO NAS COSTAS, NÃO PENSEI FICAR TUBERCULOSO

Nunca pensei que a tosse secca que me incommodava de noite e pela manhã e os abundantes suor nas costas durante a noite fossem symptomas de estar já tuberculoso. Começando a piorar dos pulmões, sentindo horror á comida, forte pontada no peito, escarvando sangue e emagrecendo muito, lancei-me, depois de experimentarmos muitos tratamentos, do "REMEDIO VEGETARIANO DE ORIMANN" e affirmei que, devido unicamente ao "REMEDIO VEGETARIANO DE ORIMANN" estavi vivo e completamente curado da tuberculose do que não esperava escapar.

Miguel Alves Feitosa — Negociante Importador de secos e molhados.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1911. — Firma reconhecida.

Vende-se em todas as phartrias e drogarias.

Secção de Informações

Sr. Paschoal De Angelis — São Sebastião da Gramma — Aguarde carta.

Sr. Vicente de Lima — Pedregulho — Seguir carta registrada.

Sr. Eloy Carvalho Braga — Douro — Deserveo-lhe.

Sr. B. Dinamarco — Guarulhos — Fui encaminhado ao seu depulatório, que reside á rua General Jardim, 101, nesta capital.

Sr. assignante 4405 — Villa de Santa Maria — O facultativo a que se refere tem o seu consultorio á rua Libero Badard, 120, onde attende das 14 ás 17 horas.

Sr. João Jacintho de Almeida — Jahu — Informar-nos que a ordem de pagamento expedida á collectoria dahi em 15 de agosto ultimo.

Sr. Octavio Almeida Bueno — Franca — Será averbada e remetida. Quanto ao segundo pedido, queriamos informar-nos a que repartição foi enviado o requerimento e qual o assumpto do mesmo.

Sr. Benedito de Godoy — Embahy — O preço do pneumatico a que se refere é de \$4500 e da camera de ar \$4, fora despesa. O outro não foi encontrado nas livrarias desta praça.

Sr. Estevão Jucias — S. Roque — O livro a que allude custa \$7000, inclusive o porte, sendo encontrado á venda na Livraria "O Livro", sita á rua 15 de Novembro, 32.

Sr. dr. Justino Pinheiro — Itua — As suas portarias de licença foram hontem retiradas da secretaria

respectiva e entregues ao Theatro, para serem averbadas e remetidas á collectoria de Indahtuba. O preço da assignatura annual da revista a que se refere, com o abastimento, é de 25\$, sendo enviados todos os numeros já publicados durante este anno.

Sr. assignante — Pinda — Já foi providenciado.

SECÇÃO JUDICIARIA

Tribunal de Justiça

Camara Criminal

Sessão ordinaria em 15 de setembro de 1921

Presidente, o sr. ministro F. Saldanha; secretario, o sr. Juiz de Araujo.

A hora legal, presentes os sr. ministros Brito Bastos, Campos Pereira, Ph. Castro, Pinto de Toledo e Paula e Silva, foi aberta a sessão.

Passagens de autos

O sr. Brito Bastos ao sr. Pinto de Toledo os agravaes 11283 de Ribeiro Preto, 11303 de Olympia e ao sr. Campos Pereira as appellações crimes 10499 de Ribeiro Preto, 10504 de Bauru, 10553 e 10559 de capital.

O sr. Campos Pereira ao sr. Ph. Castro o agravo 11072 da capital.

O sr. Ph. Castro ao sr. Brito Bastos os agravaes 11245 de Araraquara, 11246 de Taubaté, 11265 de Dois Córregos, 11205 e 11220 de Assis e ao sr. Pinto de Toledo as appellações crimes 10521 de Avaí e 10545 de Orlandia.

O sr. Pinto de Toledo ao sr. Paula e Silva as appellações crimes 10521 e 10532 de Santa Cruz do Rio Pardo e o agravo 11302 da capital.

O sr. Paula e Silva ao sr. Brito Bastos as appellações crimes 10562 de Barretos, 10533 de Santa Cruz do Rio Pardo, 10552 de Araras e o agravo 11298 de Olympia.

Exposições de agravaes

Foram feitas exposições dos agravaes 11271 pelo sr. Campos Pereira, 11252, 11257, 11382 e 11357 pelo sr. Ph. Castro e 11303 pelo sr. Paula e Silva.

Parceres

O sr. procurador geral do Estado de São Parceres nas appellações crimes 10588 e 10593 da capital, 10606 de Franca e 10442 de Barretos.

JULGAMENTOS

Habens-corpus

Relatados pelo sr. ministro presidente:

N. 3665 — Socorro — Paciente, Daniel José Simões. — Negaram o habens-corpus.

N. 3668 — Capital — Paciente, Guilherme Caputo. — Negaram o habens-corpus.

Appellações crimes

Relatados pelo sr. ministro Brito Bastos:

N. 10505 — Serra Negra — Appellante, Elias Modesto da Cunha Franco (menor); appellada, a Justiça. — Deram provimento.

N. 10544 — S. Manuel — Appellante, João Caravaj; appellada, a Justiça. — Deram provimento.

Relatados pelo sr. ministro Pinto de Toledo:

N. 10513 — Jahu — Appellante, a Justiça; appellado, João Daniel, — Negaram provimento, contra o voto do sr. Paula e Silva.

N. 10587 — Catanduva — Appellante, o Juiz ex-officio; appellado, Manuel da Silva Santos. — Negaram provimento.

Carta testamentavel

Relatada pelo sr. ministro Campos Pereira:

N. 412 — Jahu — Supplente, Carlos Celestino de Carvalho Chirra; supplente, José Flores. — Negaram provimento.

Agravos

Relatados pelo sr. ministro Campos Pereira:

N. 11102 — Capital — Aggravante, massa fallida de A. G. Barthelemy & Comp; agravada, Sociedade Anonyma "Casa Pratt". — Negaram provimento.

N. 11226 — Capital — Aggravante, Sousa Carneiro e Comp; agravado, Antonio Alves Machado. — Negaram provimento.

N. 11146 — Capital — Aggravante, A. J. Byington; agravada, Banca Francesa e Italiana "America del Sud". — Negaram provimento, contra o voto do sr. Pinto de Toledo.

N. 11181 — Xiririca — Aggravante, Joaquim Adolpho de Oliveira; agravado, Pacifico José Ferreira. — Não conheceram o recurso, unanimemente, e condemnaram o Juiz nas custas, pelo voto de desempate.

Relatados pelo sr. ministro Ph. Castro:

N. 11242 — Campinas — Aggravante, Felício Firico; agravado, Godoy e Tapli. — Negaram provimento.

N. 11247 — Campinas — Aggravante, Sarhan Assad Helito; agravada, massa fallida de Sabatino e Chegura. — Negaram provimento.

N. 11243 — Capital — Aggravante, Angelina Lambert; agravada, Josephina Ricci. — Negaram provimento.

Relatados pelo sr. ministro Pinto de Toledo:

N. 11278 — Santos — Aggravante, Eske Kanashire; agravado, João Corrêa. — Com o voto do sr. presidente deram provimento contra os votos dos sr. Brito Bastos, e Campos Pereira. Impellido o sr. Paula e Silva.

Relatados pelo sr. ministro Paula e Silva:

N. 11259 — Campinas — Aggravante, Miguel Said; agravados, Elias Bedreu e Irmão. — Negaram provimento.

N. 11264 — Capital — Aggravante, Sundt Brothers & Comp, agravada, Companhia de Industrial Textil. — Negaram provimento.

N. 11269 — Capital — Aggravante, Bento Pedrosa; agravado, Helitor Jacob. — Negaram provimento.

Crime

Campanha de descredito movida pela Northern Railroad Company contra o Estado de S. Paulo

O procurador geral do Estado apresentou ao Governo sobre a questão da desapropriação da S. Paulo Northern Railroad Co. o seguinte memorial:

Exmo. sr. presidente do Estado de S. Paulo.

A campanha de descredito movida contra o Estado, como subsidio para a defesa da S. Paulo Northern Railroad Company Limited, no processo da expropriação da estrada de ferro de sua propriedade, alimentada pela repetição insistente de afirmativas inverídicas, levadas a apresentar a v. exc. este "Memorial", destinado a rebater as acusações que, de longo tempo, são dadas à publicidade na imprensa, e fornecer os precisos esclarecimentos sobre o motivo que determinou a ação inercial do Governo contra a desleal e desonesto Empresa de Transportes.

Vem de molde historiar os factos desde o seu começo.

O decreto n. 310, de 17 de setembro de 1895, concedeu a Guilherme Leblond e Lara, Magnilhães & Foz licença para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro ligando a cidade de Araraquara à então villa de Ribeirãozinho, sendo o respectivo contracto assignado no dia 19 de setembro desse anno.

Organizou-se a Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, que iniciou desde logo os serviços, conseguindo a construção de 64 kilometros de linha. Foi quando pediu ao Congresso do Estado a subvenção kilometrica de rs. 15.000.000 para, prolongando os seus trilhos desde o kilometro 64, dar cumprimento ao contracto de 19 de setembro.

A lei n. 746, de 13 de novembro de 1900, autorizou o Governo a conceder a subvenção pedida, e, a título de auxilio para completar a construção da Estrada até ao kilometro 64, com os aperfeiçoamentos reclamados, e para a aquisição do material rodante indispensavel, facultou ao Governo conceder mais a quantia de rs. 1.500.000 por kilometro de linha assignada. Em execução dessa lei, o Governo fez lavar o contracto de 8 de fevereiro de 1901, que soffreu as modificações constantes do additamento feito em 13 de setembro desse anno.

O auxilio do Governo habilitou a Empresa a fazer chegar a estrada até Ribeirãozinho, sendo ella inaugurada em 15 de novembro de 1901. Com a renda da Estrada, embora modesta, e com o auxilio que o Governo lhe dispensava, a Companhia se empenhava em atender com acuidade aos interesses daquella riquissima zona do Estado, já então em franca prosperidade.

Confiante no futuro que se lhe antolhava, cheio de promessas justificadas, a Companhia pediu e obteve, por decreto de 8 de maio de 1903, concessão para construir e explorar uma via ferrea que, partindo de Ribeirãozinho, terminasse em S. José do Rio Preto, com a garantia de juros por trinta annos, que a lei n. 1.061-A, de 27 de dezembro de 1906, lhe havia concedido. A 30 de maio de 1903, foi assignado o respectivo contracto, que soffreu modificações em additamento de 8 de outubro desse mesmo anno.

Em 13 de julho de 1912 era inaugurado o novo trecho da linha do tronco, abrindo ao trafego a estrada de Araraquara a S. José do Rio Preto, fadada para occupar lugar saliente entre as concessões do Estado.

A esse tempo, já a Companhia havia obtido outras concessões, enfileirando em suas mãos elementos de valor para assegurar-lhe grandes benefícios.

O transporte regular das mercadorias, com segurança e rapidez, aproximando o produtor do consumidor e facilitando a circulação das riquezas do país, deu ao Estado a grande procura que tiveram as fértilissimas terras da zona, seduzindo capitais e braços.

Dentro em pouco, as matas se transformavam em extensos cafezais, e as cidades servidas pela Estrada eram apontadas como inexgotáveis searas de cerezas de toda a especie.

Naturalmente, o trafego augmentava, subindo dia a dia de importancia. Foi quando a Companhia passou a mãos de novos dirigentes.

Estes, mais entusiastas, mas menos previdentes que os seus antecessores, foram victimas de sua impaciencia. Confiante em demasia no prospero futuro da Empresa, arriacam-se em operações de credito. Recorrem a emprestimos de todo o genero, avultando, entre elles, o de libras 1.200.000, que, por intermedio da casa bancaria L. Behren & Sohne, de Hamburgo, foi emitido em Paris, pelos bancos J. Allard & Comp. e Transatlantico. Dessa importancia, a metade era destinada a reembolsar o emprestimo de libras 600.000, anteriormente emitido em Londres.

Os compromissos assumidos perturbaram a vida economica da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, que, a braços com crescentes difficuldades, não mais podia atender com solicitude as exigencias do serviço publico, do que se resenta a vida normal da Estrada.

De 1913-1914 a Companhia Araraquara cessou o pagamento de juros, e se viu forçada a entrar em fallencia em março de 1914, achando-se em mãos de francezes quasi todas as obrigações.

Consequencia natural da fallencia seria a venda da estrada de ferro, com todos os seus pertences. Essa venda seria effectuada ou em leilão, ou sobre propostas. Em leilão, manifestou-se o risco de ser a estrada arrematada por preço vil, com graves prejuizos para os debenturistas, que perderiam grande parte de seus creditos. Uma proposta, em tal emergencia, é representativa salvadora.

Elis quando entra em scena Paul Delaunay, que aproveitou-se das inauditas difficuldades causadas pela guerra que contagiou o mundo, em nome de um "Comité de Defesa des Porteurs d'Obligations 5 o/o de la Compagnie des Chemins de Fer de Nord de S. Paulo", e em nome dos doze bancos de Paris, entrou em entendimento com L. Behren & Sohne, propondo-lhes um accordo para que elle, representando o "Comité de Defesa", e Behren & Sohne, fossem os representantes dos debenturistas no Brasil. E' o que consta de publicações, que não foram desmentidas por Paul Delaunay, que, aliás, desmentiu tudo o que lhe é desfavoravel.

Não cabe ao representante do Estado emulgar a acção desse individuo, para conseguir o fim collimado, nem apreciar os processos de que, porventura, se utilizou. A outros essa tarefa.

O que é certo é que a sua actividade, servida por notavel habilidade, obteve exito completo; fez aceitar a proposta que apresentou em nome da S. Paulo Northern Railroad Company, Ltd., para esse fim organizada nos Estados Unidos da America do Norte, com sede em Wilmington, Estado de Delaware, e para ella adquiriu o acervo da massa fallida da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, na vultuosa importancia de alguns milhares de contos de réis.

As peripetias que occorrem nessa aquisição não cabem neste Memorial, mas não é de sobejo chamar a attenção para o golpe desferido contra os debenturistas, cujos interesses foram criminosamente sacrificados por quem se encarregara de os defender.

A administração da S. Paulo Northern Railroad, sob a inspiração de Paul Delaunay, cravou o marco inicial da via dolorosa que a maldadada estrada teve de percorrer. A S. Paulo Northern faltou a tudo quanto se obrigava.

A desorganização dos serviços da antiga Estrada de Ferro de Araraquara, devida aos desmandos da administração no periodo immediatamente anterior à fallencia, foi agravada pelo desleixo e descaído da Northern, que, longe de procurar remediar o mal com providencias oportunas e apropriadas, se manteve surda aos reclamos do povo e às determinações da fiscalização.

No anno de 1917, por determinação do sr. secretario da Agricultura, duas inspecções foram feitas em toda a linha ferrea: a primeira, em agosto, a segunda, em novembro. Nestas inspecções foi constatado o mau estado de conservação da via permanente, a insufficiencia dos armazéns, a deficiencia e má conservação do material rodante, a falta de disciplina do pessoal, o descaído da administração superior; em summa, foi verificado que a importante via ferrea se encontrava em estado de completa anarchia, inteiramente desapparelhada para attender ao consideravel desenvolvimento da rica região por ella atravessada, patinando a sua incapacidade para o trafego de mercadorias que entulhavam as estações, e offerecendo constantes ameaças à segurança da circulação.

Essas foram as informações prestadas no Governo pelo engenheiro-fiscal, e não se diga que são phrasas de effecto, pois é certo que, em 1918, perdurando o mesmo estado de cousas, repetidas reclamações eram feitas pelos inspectores geraes, em sua correspondencia com a administração. Dessa correspondencia vem de molde destacar alguns trechos curiosos:

Em carta de 16 de julho de 1918, o inspector geral Carlos Gomes Nogueira, confirmando a sua resolução de demittir-se do cargo, devida à completa divergencia com a administração, dizia:

"Realmente, que papel representa um inspector: a) que não pôde nomear e demittir livremente o pessoal da estrada? b) como poderá conseguir a boa conservação da estrada, em geral, si não tiver em suas mãos a provisão dos materiais necessarios?"

Em 5 de outubro desse mesmo anno, o dr. Busch Varella, successor do inspector Nogueira, dizia, por carta:

"Nenhuma novidade ha sobre os DESMANDOS E DESCALABROS que por aqui se têm dado. Não sou responsavel por elles e procuro, quanto possivel, remediar os males encontrados."

Evidentemente, se referia ao deploravel estado dos serviços que levaram o povo, indignado, a praticar as depredações nas linhas em 1.º de junho, repetindo novas tentativas em 4 de julho, como foi registado.

Esse mesmo inspector, em carta de 3 de dezembro do mesmo anno, fazia sentir a administração a deficiencia do seu principal material rodante, e o precario estado em que se achava. Dizia elle:

"Para conhecimento dessa sede, transcrevo uma comunicação que acabo de receber do sr. chefe das officinas, em relação ao estado das nossas locomotivas:

Bom estado	3
Estado regular	4
Mau estado	9
Encostadas	9"

A 20 de janeiro de 1919, insistindo no assumpto, escrevia:

"Continuo a reclamar esta grande falta para salvaguardar a responsabilidade, tanto de v. a., como a minha, pois quequer DESASTRES QUE POSSAM ADVIR EM TRENS EXPRESSOS e nos de cargas, serão devidos AOS DEFEITOS QUE, COM A FALTA DE MATERIAES, NÃO É POSSIVEL REPARAR."

E' o proprio inspector geral reconhecendo estar ameaçada a segurança da circulação.

A nada, porém, attendeu a administração do Rio, e isso concorreu para incrementar a agitação que se havia manifestado em toda a zona servida pela S. Paulo Northern e que se tornava ameaçadora em vista da obstinada desidia.

As classes produtoras esperavam com paciencia o resultado das medidas lembradas pelo Governo para fazer cessar a angustiosa situação, porém, a Empresa continuava na pratica de innominaveis abusos, com o seu contumaz descaído, tripudiando sobre os grandes interesses de uma população por ella flagellada.

A mais musulmana paciencia se esgotaria diante de tão pertinaz proposito em levar o povo ao desespero. A indignação publica irrompeu com a pratica de attentados contra os serviços da S. Paulo Northern, que então assumiam a proporção de uma calamidade publica.

Dahi as lamentaveis scenas occorridas a 7 e 12 de julho de 1918: em Santa Adelia e Pindorama, fazem saltar a dynamite o pontilhão do kilometro 160; cortam a linha em diversos outros pontos, e danificam as linhas telegraphicas.

Taes factos não influíram no animo dos dirigentes da S. Paulo Northern: continuaram na obstinada attitudde de não attender aos justos reclamos da população; eram desprezadas as innumerables reclamações dos interessados, diariamente repetidas; e a importante via ferrea continuava anarchizada, ameaçando sacrificar a maior parte da produção daquella rica região.

E' ainda o inspector geral dr. Busch Varella que, em carta dirigida à administração, no Rio, em agosto de 1919, fazia sentir a intoleravel situação. Dizia elle:

"As reclamações dos interessados continuam, e os pedidos de vagões tambem continuam a crescer. Recebo diariamente grande numero de cartas e telegrammas dos exportadores pedindo, insistentemente, vehiculos.

Continuo a ter falta de locomotivas para os trens, sendo isso a causa de toda a morosidade do nosso transporte. Temos ainda mercadorias com 45 dias de atraso em nossos armazens, à espera de transportes."

A S. Paulo Northern, apesar de tudo conhecer, timbrava em fazer ouvidos de mercador.

Para agravar a situação, já intoleravel e desesperadora, concorreu a greve dos operarios, declarada ás 18 horas do dia 30 de setembro de 1919, resultante de actos da propria administração.

Sobre ella algumas referencias:

Em 10 de janeiro de 1919, os empregados da Locomoção e Tração pediam, collectivamente, augmento de salarios, e sem resposta até ao dia 22, ameaçaram o inspector geral com a declaração da greve.

Apresentou-se o inspector a communicar à directoria da Companhia, que respondeu não poder, por falta de dados, tomar uma resolução sobre o assumpto.

A 4 de fevereiro, o inspector geral communicava à directoria que uma comissão de operarios reclamava solução sobre o pedido de augmento de vencimentos, tendo elle dado resposta avaliando os chefes das officinas, como contesseu em carta. No dia 5 houve a primeira declaração parcial de greve, que poucos dias durou.

Com a reduzida concessão de maiores salarios não se conformaram os operarios, e as reclamações sobre a insufficiencia de ordenados se succediam, e de tal forma se avolumavam, que, em 5 de maio, o inspector geral communicava à directoria que:

"Constantes e insistentes pedidos tenho tido por parte do pessoal do Trafego e Contadoria, para fazer augmentos de ordenados. Tomei para com a sede o compromisso de evitar, o quanto possivel, taes augmentos, mas reconheço que a vida se tem tornado, dia a dia, mais cara, e mais difficil se torna o custeio e manutenção do pessoal."

Reconhecia o inspector geral a justiza das reclamações, mas, sem embargo de seus bons officios, nada conseguiram os operarios, que não cessavam de reclamar, retirando-se da estrada os que alcançavam outras collocações.

Assim, o quadro do pessoal foi diminuido nas diferentes repartições de Araraquara, Taquaritinga e Rio Preto, e os empregados que permaneciam eram forçados a trabalhar cerca de quinze horas por dia.

A 30 de setembro, o inspector geral communicava à directoria que os machinistas estavam se declarando em greve soffidos, e que desde 18, por falta de pessoal, eram supprimidos os trens. A essa comunicação, que reclamava mais estritas e promptas providencias, respondeu a directoria, mais ou menos, o que havia resolvido, por carta de 18 desse mes:

"Os custos de subsistencia, em geral, tendem antes a baixar do que a subir, e pensamos, então, que, no momento actual, não devemos fazer augmentos. SALVO EM CIRCUMSTANCIAS ESPECIAES."

Desapareceram, os operarios, no dia 10 de setembro, declararam-se em greve geral, que facilmente seria evitada, si as suas justas reclamações não fossem tão deshumanamente desprezadas.

E' bem de ver que a desorganização dos serviços chegou ao extremo do descalabro: dominava a mais completa anarchia e logo mais exasperava, e poro, levando-o, em outubro, a incendiar em Catanduva, um carro de primeira classe, uma passagem superior, a estação e respectivo armazem.

Urgente se impunha ao Governo uma providencia energica e prompta para normalizar a situação, e outra não se apresentava a não a occupação da estrada, de accordo com os contractos celebrados, por força das concessões dadas à Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, antecessora da S. Paulo Northern.

Entretanto, o Governo do Estado, sempre solícito em respeitar os direitos dos nacionaes e estrangeiros, por força de uma interpretação archaica-liberal das leis e dos contractos que regulavam e regulam o eneo, ainda esperou que a S. Paulo Northern Railroad Company, com os seus proprios recursos, removesse as difficuldades a contento geral, normalizando tal difficil situação.

Como sempre, a desleal e desonesto Empresa nada fez, julgando-se immune de qualquer correctivo, e confiante nas egrelvas com que ousadamente se dirigia ao Governo para evitar a sua indispensavel intervenção.

Sem procurar remediar do modo efficiente os gravissimos males causados pela suspensão do trafego, deixou que esta perdurasse por mais de trinta dias, com total interrupção dos trens de passageiros e mercadorias, ocasionando incommensuraveis prejuizos ao commercio e agricultura daquella zona.

Não mais era licito esperar, e o Poder Executivo expediu o decreto n. 8.107, de 31 de outubro de 1919, providenciando quanto ao restabelecimento do trafego da via ferrea pertencente à S. Paulo Northern Railroad Company. O artigo unico desse decreto dispõe:

"Fica o secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas autorizado a providenciar sobre o restabelecimento do trafego da referida via ferrea, nos termos da clausula XIX do decreto geral n. 7.959, de 29 de dezembro de 1890, combinada com as clausulas XIX, XX e XXII, respectivamente, dos contractos de 19 de setembro de 1895, 30 de maio e 8 de outubro de 1908."

Por força desse decreto, e nos termos das clausulas apontadas, facultando a occupação da estrada e seus pertences, esta se realizou immediatamente em vista da urgencia da esperada providencia.

A intervenção do Estado na administração da S. Paulo Northern trouxe a immediata consequencia da cessação da greve dos empregados, conhecedores da attitudde do Governo, que assumiu o compromisso de resolver a questão de ordenados e salarios, desde que tivesse sciencia da vida economica da Empresa. Inaugurou-se uma situação de alivio.

Logo a seguir, a 3 de novembro de 1919, o Estado, por seu representante, requereu perante o Juizo de Araraquara, uma victoria ad perpetuum rei memoriam, com o intuito de constatar o estado de conservação da estrada e suas dependencias, as obras necessarias ao restabelecimento do trafego, e respectivos organamentos.

Nomeados pelo Juizo de direito da comarca, serviram como peritos dessa victoria os conhecidos engenheiros Deodaciano de Carvalho, Sebastião Penido e Joaquim Fonseca Rodrigues, peritos e acatados profissionais, portadores de nomes acima de toda a suspeita.

O laudo que apresentaram, peça intelecica, que attesta o extenuante trabalho a que se entregaram no exame da estrada, veio reafirmar o conhecido estado ruinoso da via permanente, a insufficiencia e más condições do material de tração e rodante em CONSTATADA AMEAÇA A SEGURANÇA DA CIRCULAÇÃO DOS TRENS. Esse escrupuloso e ponderado laudo fornece seguros elementos para justificar, não só a oportunidade da occupação da estrada, como a urgencia da desapropriação.

Interessa conhecer algumas respostas aos quesitos formulados, que passo a transcrever.

Afirmaram os peritos:

"a) que os edificios da S. Paulo Northern Railroad Company (escritorios, estações, armazens, casas de empregados, etc.), são insufficientes, quer em quantidade e area, como tambem na construção de muitos, que não passam de casabarras de dormentes e trilhos velhos, e nem sequer servem de abrigo contra o tempo; isso devido à má orientação economica e administrativa;

b) que não pôde haver segurança na circulação de trens em linhas de tão precaria conservação como as da S. Paulo Northern Railroad, onde tudo está para ser reconstruido;

c) que é pessimo o estado de conservação das linhas, obras de arte, côrtes, ateiros, dormentes, trilhos e tudo mais. As linhas não têm tido conservação sob todos os pontos de vista. Os boeiros são construídos, na sua maioria, de groz, que está em decomposição, e de dormentes com vigas de madeira, e assim as pontes, pontilhões e mata-burros. Ha encontro de pontes que ameaçam ruina e boeiros com fendas longitudinaes em todo o corpo. Do kilometro 80 em diante, os côrtes são abertos em calção, não são rampados, e os ateiros têm deficiencia de terra. Cerca de 50 o/o dos dormentes exigem immediata substituição, principalmente nos 170 ultimos kilometros do tronco e no ramal de Taubatinga. Os trilhos são de tipo e peso diferentes, em geral, por demais gastos, havendo trilhos cujo peso actual não passa de 14 kilos por metro corrente, e por onde trafegam locomotivas de 9 e 10 toneladas por eixo; tudo devido a excessos de economia e más administrações;

d) que devem ser executadas immediatamente e seguidamente as seguintes obras: rampar os côrtes em calção; alargar os ateiros; abrir valletas e sargatas; reformar pontes, pontilhões, mata-burros e boeiros; substituir 50 o/o dos dormentes existentes, elevando o seu numero, por kilometro, a 1.600; substituir por novos trilhos os existentes de Catanduva a Araraquara, exceptuando os dos kilometros 51 a 61; reparar 100.000 metros de cercas; assentar portelras na maioria das passagens; melhorar as condições technicas da linha;

e) que o material de tração não é sufficiente para atender as exigencias dos transportes da estrada, quer pelo numero, quer pela conservação; só 4 são as locomotivas que a estrada possui, e que offerecem segurança; que o trafego da S. Paulo Northern Railroad exige immediata aquisição de 15 locomotivas, podendo cada uma rebocar o minimo de 230 toneladas;

f) que a S. Paulo Northern não tem officinas de accordo com os serviços de reparação do material da tração e rodante; que depositos de locomotivas, praticamente, não existem: em Araraquara, Taquaritinga, Candido Rodrigues, Catanduva e Rio Preto só existem barracões que ameaçam ruinas.

As officinas de Araraquara, unica que a estrada possui, não são mais do que improvisadas barracões de madeira e zinco, com velhas machinas — ferramentas sem capacidade de produção do trabalho que as necessidades da estrada exigem. A construção, reparação e pintura do material rodante são feitas ao ar livre;

g) que o material rodante é possivelmente conservado, por effecto da economia exaggerada e más administrações."

Era esse o deploravel estado da estrada quando o Estado a occupou. Para ella voltar à efficiencia que deve ter, exigia, no pensar dos peritos, obras e materiais orgados em rs. 12.194.000.000.

Comprovando o laudo, na parte referente a factos, vem a justificação requerida pelo representante do Estado, para instruir o processo de desapropriação da estrada, justificando procedida com a citação e assistencia da S. Paulo Northern.

Prestaram seus depoimentos o dr. Andreilino de Assis, delegado regional de Araraquara; Adalberto Bueno Netto, prefeito municipal de Catanduva; Plinio de Carvalho, prefeito municipal de Araraquara; Carlos Leoncio de Magalhães, agricultor e um dos incorporadores da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara; dr. Victor Brito Bastos, advogado nãa Estrada de Ferro de Araraquara; Manuel Lopes de Oliveira Filho, ex-prefeito municipal de Rio Preto; Manuel Lopes de Oliveira Filho, industrial e jornalista; Carlos Necke, industrial; Antonio Silva e outras pessoas qualificadas.

Essas testemunhas, acima de toda a excepção, por sua posição social e independencia de caracter, prestigiosos timoneiros do progresso daquella zona, affirmam contestemente:

I — que a estrada de ferro de Araraquara a Rio Preto e o ramal de Sylvania a Taubatinga, de propriedade da S. Paulo Northern Railroad Company, interrompou completamente o trafego a partir de 30 de setembro de 1919 até 31 de outubro do mesmo anno, ás 9 horas e meia da manhã, excedendo, portanto, o prazo de trinta dias, e ocasionando esse facto extraordinarios prejuizos à zona servida pela dita estrada de ferro;

II — que a dita estrada de ferro, na occasião em que o Governo do Estado, della tomou conta, em 31 de outubro de 1919, ás 8 horas da manhã, estava no mais completo abandono; a sua guarda era feita exclusivamente por empregados grevistas, sem intervenção administrativa de qualquer dos empregados graduados da mesma estrada;

III — que os empregados da estrada, descontentes com a pessima remuneração de seus trabalhos, e depois de insistentes pedidos e justificações apresentadas à então Inspectoria Geral, desceram-se em greve, com aviso previo à administração da estrada de que o serviço cessaria no dia 10 de setembro de 1919, ás 18 horas, e disse o trafego da estrada preveniu a Companhia Paulista ás 14 horas do mesmo dia;

IV — que o estado de conservação da estrada, suas dependencias, material fixo e rodante, de que resultaram prejuizos inculcaveis à zona servida pela S. Paulo Northern Rail-

road, era o peor que se poderia attribuir à administração, a mais desleal, a qual, MESMO OS DADOS ECONOMICOS FURTIVA AO CONHECIMENTO DOS EMPREGADOS EN-CARRIGADOS DA ESCRITURAÇÃO EM ARARAQUARA, não constando da mesma escripturação os preços dos materiais consumidos e nem quaisquer dados que habilitassem a avaliação das despesas e receitas, chegando assim ao RESULTADO FINAL DA VERACIDADE DAS CONCLUSÕES ACHADAS pelos peritos drs. Sebastião Penido Filho, Deodaciano Teixeira de Carvalho e Joaquim Fonseca Rodrigues, engenheiros na victoria a que elles procederam."

Essas affirmações não foram contestadas pelo advogado da S. Paulo Northern Railroad Company que acompanhou a inquirição.

Além desses valiosos subsidios, outros foram proporcionados ao Governo, que, reconhecendo a necessidade inadiavel da desapropriação, ordenou fosse executado o decreto n. 3.101, de 15 de outubro de 1919 expedido de accordo com a lei n. 1.627, de 21 de dezembro de 1918, e nos termos do artigo 2º da lei n. 57, de 18 de março de 1895.

O mencionado decreto, no seu unico artigo, dispõe:

"Fica declarada de necessidade publica, para ser deo apropriada, na forma da lei, a Estrada de Ferro de Araraquara a Rio Preto, Inclusive o ramal de Sylvania a Taubatinga com as respectivas concessões e estudos consignados nos contractos de 19 de setembro de 1895, 8 de fevereiro e 18 de setembro de 1901, de 30 de maio e 8 de outubro de 1908, 26 de julho de 1909, 18 e 29 de julho de 1916, leis, linhas telegraphicas, estações, armazens, officinas, pátios de manobras e más dependencias, material fixo e rodante, moveis e más accesorios de propriedade da S. Paulo Northern Railroad Company."

Cumprindo as determinações do Governo, o representante judicial do Estado iniciou a respectiva acção, disciplinada pela lei n. 57, de 18 de março de 1895.

Citada a proprietaria, nos termos do art. 3º dessa lei, ella entrou com a EXCEPÇÃO DE INCOMPETENCIA DE JUIZO, que foi definitivamente julgada improcedente. Removido esse embargo, a acção correu seus termos regulares até final, sem embargo de repetidos conflictos de jurisdicção, suscitados pela expropriação, no empenho de desatral-a. O Supremo Tribunal Federal, sempre que teve oportunidade de se pronunciar, reconheceu a competencia da Justiza do Estado para resolver as causas movidas entre o Estado e a S. Paulo Northern Company, em vista da clausula XIX, a que se refere o decreto n. 310, de 17 de setembro de 1895, do contracto de 19 de setembro do mesmo anno, concedida nos seguintes termos:

"Esta estrada de ferro, qualquer que seja a sede da empresa que a explore, ficará sempre sujeita às Justizas do Estado de São Paulo, perante as quaes responderá."

Corria a desapropriação os seus termos, quando, em 7 de novembro de 1919, foi citado o Estado para ver-se-lhe propor uma acção summaria especial, afim de serem declarados inconstitucionaes e nullos a decreto de desapropriação n. 3.101, de 15 de outubro de 1919, e a lei estadual em que elle se funda.

Proposta a acção em audiencia de 12 de novembro, foi contentada pelo Estado em 24 desse mez, e desde então a Autora a abandonou por completo. Dorme em cartório.

A S. Paulo Northern empenhou todo o seu esforço para conseguir a nulidade da desapropriação, porque não haviam sido observadas as regras estabelecidas pela lei geral de 9 de setembro de 1920, que regula a desapropriação por necessidade publica, e que era, no seu pensar, a unica applicavel à questão controvertida.

E' essa a fulgão juridica do caso amplamente discutido nos autos da respectiva acção.

Apesar de todas as alianças, sem embargo dos embargos opostos pela Ré, preparando as mais inesperadas surpresas, as cousas desapropriadas foram incorporadas ao patrimonio do Estado, por sentença de 15 de março de 1920, depois de feito o respectivo deposito de rs. 15.600.000.000, importancia da indemnização arbitrada pelo accordo unanime dos peritos que assignam o laudo de 9 de março de 1920, e cujo laudo está junto aos autos.

Como era de esperar, a S. Paulo Northern não se conformou com a sentença, e della apellou, não tanto para que fosse annullada a desapropriação, mas porque a indemnização arbitrada ficou depositada no Thesouro do Estado, a requerimento de seus credores, impossibilitando-a, assim, de se apoderar desse dinheiro, que, por certo, teria o mesmo destino dado às rendas da estrada no periodo da sua administração.

E' o que, eloquentemente, vem confessado no final de sua razões de apellação, quando conclue pedindo QUE SEJA O PROCESSO ANNULLADO COMPLETAMENTE, POR INCOMPETENCIA DE JUIZO; OU ANNULLADO EM PARTE, PARA SE RECEBER A DEFESA DA APPELLANTE; "OU, FINALMENTE, SE CONFIRME A SENTENÇA MANDANDO-SE, PORÉM, ENTREGAR A APPELLANTE O DINHEIRO QUE SE ACHA EM PODER DO THESOURO DO ESTADO."

Nada mais expressivo.

A forma alternativa diz tudo.

Releva notar que ella, que reconhece a existencia do deposito de dinheiro no Thesouro, insistentemente repete, e mentrosamente affirma, por intermedio de seus apagaçados na imprensa, que esse deposito é uma simulação.

Conhecendo da apellação, o Superior Tribunal de Justiza do Estado, que se compõe de juizes do mais notavel saber e integridade, confirmou a sentença apellada pelo magistrado e brilhante accordo de 20 de novembro do anno passado, que por copia offereço em annexo. Não desanimou a S. Paulo Northern e atacou a respectivel decisão, pelo recurso de embargos, que depende ainda do pronunciamento de todos os juizes que têm assento no Tribunal, donde remate à pendencia judicial nascida do acto do Governo, desapropriando a estrada e pertences que constituem o acervo da Ré embargante.

Em defesa de suas insubstanciaes pretensões, procura a S. Paulo Northern Company, perante o Poder Judiciario, provar, em resumo, o seguinte:

- I — que não pôde ser considerada sem importancia a distincção que fazem o Acto Adicional, a lei geral de 9 de setembro de 1895 e o Código Civil Brasileiro, entre os casos de desapropriação — por necessidade — e — por utilidade publica.
- II — que não altera a doutrina o facto de haver a lei provincial de 18 de março de 1895 abrangido casos que parecem de desapropriação por necessidade, e nem ella soffre pelo facto de haver juizes que tenham estabelecido essa confusão em suas decisões.
- III — que em materia de utilidade é a lei que enumera os casos concretos em que é licita a desapropriação, e em materia de necessidade a lei só estabelece principios geraes, e deixa ao Poder Judiciario a incumbencia de verificar si taes principios legais foram applicados nos casos concretos; e, assim, não admittir no processo de desapropriação a verificação da legalidade do caso de necessidade allegado pelo Poder Administrativo, é desconhecer os principios fundamentais do Instituto, e deixar de applicar principio expresso de lei geral.
- IV — que a circumstancia de ter hoje o Estado competencia para discutir a desapropriação por necessidade, e de formular leis sobre o modo de se tomar a propriedade particular, quando utilis ou necessaria à communhão, não significa que tenha poeto em vigor a lei de 1895, para os doze casos, e quando assim houvesse extendido a comprehensão da lei, cumpriria ao Poder Judiciario não applicar a parte em que não admittiu a defesa perante a autoridade judiciaria.
- V — que tendo a Constituição Federal abolido o Contencioso administrativo, é claro que é contra expressa disposição de art. 69, letra C, só se admittir a intervenção do Poder Judiciario em acção de particular contra o Poder Publico (não na do Poder Publico contra o particular.
- VI — que no caso devia applicar-se a lei geral de 1895, e em face desta lei nullo se acha o processo de desapropriação.
- VII — que a avaliação devia ter sido feita de accordo com essa lei; e não houve deposito do preço arbitrado (!!) que, aliás, não podia ser feito, porque os credores que o pediram não podiam reclamar-o, por não serem hypothecarios e visto terem accollido titulos de renda variavel ou income bonds."

Deprehende-se facilmente que, com excepção da parte final, tudo quanto é allegado gira em torno da distincção entre desapropriação por necessidade ou por utilidade publica, o novo baluarte da sua defesa. Perante o Poder Judiciario do Estado, na referida pendencia, a S. Paulo Northern

— A matéria da desapropriação por necessidade ou utilidade pública é da esfera do Direito Público, porque é o constitucional que a fundamenta, e o administrativo que a desenvolve e adapta às condições da vida coletiva. Aparece no direito civil simplesmente como um dos modos pelos quais se extingue a propriedade. Ficaria incompleta a teoria da propriedade no direito civil, se não mencionasse a desapropriação por necessidade ou utilidade pública. —

Nesse mesmo comentário é ainda Clóvis Beviláqua que ensina:

— Não há realmente diferença alguma, quer de efeitos quer de processos, entre a desapropriação por necessidade pública e a desapropriação por utilidade geral. —

E', pois, o Autor do projeto hoje convertido no Código Civil quem doutrina que a matéria appartee ao direito civil como exemplo simplificado, e que nenhuma diferença decorre da distinção entre necessidade pública e utilidade geral, puramente escolástica.

Do mesmo sentir é Viveiros de Castro, hoje ornamento do Supremo Tribunal Federal, que, antes do Código Civil, já ensinava:

— O legislador constituinte teria feito melhor empregando SO-MENTE a expressão UTILIDADE PÚBLICA, QUE E' SUFFICIENTEMENTE COMPREHENSIVA P A R A ABRACAR TODOS OS CASOS DE NECESSIDADE PÚBLICA, quando garantiu no art. 72, parágrafo 17 da Constituição, o direito de propriedade em toda a sua plenitude." (Direito Administrativo, n. XLIX, pag. 252).

A diferença dos casos de desapropriação não tem, portanto, a importância que a São Paulo Northern Company procura emprestar-lhe, tanto mais quanto em todos os países em que a propriedade sofre essa limitação, ou se trate de utilidade ou de necessidade, compreendendo qualquer das causas todos os casos em que é legítima a tomada da posse da propriedade privada, quando por exigência do interesse público.

A lei n. 57, de 18 de março de 1836, da Província de São Paulo, adotada pelo Estado, no seu artigo 1.º e respectivos parágrafos, estabelecendo os casos de desapropriação por utilidade pública, compreendendo todos os casos que, anteriormente, foram apontados pela lei geral de 1836, como de necessidade geral e posteriormente o foram pelo art. 590 do Código Civil, simplesmente para não deixar incompleta a teoria da propriedade, como afirma o eminente autor do projeto, convertido em lei.

E' verdade que o Ato Adicional à Constituição de 1824, em seu art. 10, parágrafo 3.º, deu competência às assembleias provinciais para legislar sobre os casos e a forma por que podia ter lugar a desapropriação, somente por utilidade pública, e por isso a lei provincial de 1836 aludiu não somente à desapropriação por utilidade provincial ou municipal.

Inpetida a Assembleia Provincial desse poder — legislar sobre os casos de desapropriação por utilidade pública — porventura lhe foi vedado declarar que esses casos? O ato constitucional limitou a ação das assembleias na enumeração desses casos?

Parece que a negativa se impõe, porque a Constituição de 1824, não estabelecendo no art. 169, parágrafo 22, que os casos de NECESSIDADE, e que os de UTILIDADE PÚBLICA, conferiu com o Ato Adicional, tanto de assembleias gerais, como as provinciais, egues poderes; aquelas para estabelecerem os casos de necessidade e os de utilidade (diferença hoje justificada pelo respeito à tradição do direito patrio); e a estas para determinarem os casos de utilidade pública.

A lei geral de 1836, de acordo com a distinção aceita, discrimina os CASOS DE NECESSIDADE E DE UTILIDADE, mas a lei não era obrigada a aceitar como de utilidade pública somente os casos por aquela lei apontados no art. 2.º e seus números.

A Assembleia Provincial não era obrigada a aceitar a discriminação feita pela lei geral; e, usando do poder que lhe fora conferido posteriormente a esta lei, podia declarar de UTILIDADE PÚBLICA os casos por ella declarados de NECESSIDADE GERAL. Foi o que fez, decretando a lei n. 57, de 1836 citada.

A questão, porém, é de somenos importância, porque, si no regime monarchico as assembleias provinciais só podiam decretar desapropriações por utilidade provincial ou municipal, é certo que hoje os Congressos dos Estados as decretam, não só por UTILIDADE PÚBLICA, MAS TAMBEM POR NECESSIDADE PÚBLICA ESTADUAL OU MUNICIPAL.

O direito de desapropriação, quer da União, quer dos Estados, não sofre outras restrições, além das estabelecidas no art. 72, parágrafo 17, da Constituição da Republica, a saber:

a) necessidade ou utilidade pública da desapropriação;

b) o pagamento prévio da indenização devida ao proprietário.

E' o que, na conformidade do art. 53, da Constituição Federal, dispõe a vigente Constituição do Estado, (art. 21, n. 18, letra g).

Nesta attribuição, como magistralmente decidiu o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado, julgando o recurso de apelação, está sem dúvida contida a attribuição de legislar sobre o respectivo processo, estabelecendo as regras para se determinar a indenização devida.

A lei de 1836, em pleno vigor no Estado, regulando a desapropriação por UTILIDADE PÚBLICA, tem inteira applicação por se tratar de um caso de desapropriação por NECESSIDADE, que tem os mesmos efeitos e é subordinada ao mesmo processo.

Si fosse preciso e opportuno, mostraríamos que bem avisados andaram o Congresso e o Poder Executivo decretando a desapropriação da São Paulo Northern Railroad Company, por motivo de NECESSIDADE PÚBLICA, quer em face da lei de 1836, ou do Código Civil, ou da lei estadual de 1836.

Isso o faremos, quando em ação competente discutir a validade do decreto expropriativo, expedido pelo Executivo, si a lei for levada.

Cumpre notar, com referência a essa ação, que a São Paulo Northern não deixou de valer-se della, como disse linhas acima, e achasse abandonada no respectivo cartorio, como que patinando e exilto duvidoso com que a Autora contava, com os direitos que pretendia pleitear.

Na questão submetida a julgamento no Tribunal Paulista é impermissível a discussão e impertinente porque:

a) a causa pública utilitária é a causa verdadeira que determina a desapropriação;

b) é da competência exclusiva das autoridades administrativas determinar a tal ou tal imóvel, ou seja a estrada de ferro de propriedade da Empresa, devia ser desapropriada como foi, como a extensão prescripta pelo decreto;

c) também compete exclusivamente às autoridades administrativas a declaração de que a execução de obras ou tomada de posse da propriedade particular é realmente de UTILIDADE OU DE NECESSIDADE GERAL.

Não pôde haver dúvida, portanto, que a lei de 1836 podia abranger todos os casos de desapropriação que apresenta, embora por outras leis declaradas de NECESSIDADE PÚBLICA, já em face do Ato Adicional, que se serve como elemento historico, já em face da Constituição da Republica, que não limita a faculdade dos Estados em matéria de desapropriação, como faz certo o art. 65, n. 2.

No regime federativo, a lei de 1836 do Estado fez desaparecer a diferença entre a desapropriação por utilidade pública e por necessidade geral, aliás, sem importância, como dissemos, linhas acima, e com a qual a São Paulo Northern pretende e pretende justificar a applicação ao caso da lei geral de 9 de setembro de 1836. A única lei a applicar é, como decidu o acórdão, a de 18 de março de 1836, que regula as desapropriações no Estado; que não admite discussão sobre a validade do acto expropriativo, não admitindo no processo respectivo a verificação da legalidade do caso de necessidade alegado pelo poder administrativo.

Sabidamente andou o legislador porque, si assim não fosse, o Poder Público não poderia attender, com a solicitude precisa, à reclamação da polidivida, exigida a tomada da propriedade particular, como medida urgente e inadiável, considerada um acto de fútil política.

Sendo o fundamento da desapropriação a preponderância do interesse público sobre o privado, quando os dois se acham em colisão, evidentemente ao poder administrativo é conferida toda a liberdade de agir para, removendo qualquer embaraço, attender de prompto ao interesse da collectividade.

Dahi não admitir o legislador, no processo de desapropriação, outro recurso senão sobre o QUANTO DA INDENIZAÇÃO.

Embora a questão sobre o concurso de credores seja estranha ao julgamento da questão, porque ao Tribunal de Justiça não é facultado nella conhecer, neste feto, seja-nos permitido algo dizer sobre elle, para desfazer a intriga em que se pretende envolver o Estado.

Nada de ilegal, nem de absurdo tem esse concurso.

A lei da São Paulo Northern se refere, em termos aggressivos, para, inadmissivelmente, concluir que o Estado não tem o necessario depósito do preço arbitrado como indenização.

E' mais um dos truques usados pela São Paulo Northern para transformar em violência uma providencia justa e justamente exigida pelo interesse colectivo.

Arremetendo contra o depósito ordinado a requerimento dos credores da Empresa, diz que se de títulos de seus credores são ilíquidos, por isso que são títulos de renda variavel, que ella prometteu pagar.

Si a renda não está fixada, por depender de circunstâncias variáveis, o VALOR DOS TITULOS está positivamente discriminado nas cláusulas 1.ª, 2.ª e 3.ª da escriptura de compra de 7 de fevereiro de 1918.

Se títulos líquidos e vencidos desde que se operou a desapropriação, incorporando-se a estrada ao patrimonio do Estado, mediante a exhibição do conhecimento do depósito do preço da indenização. E' o que diz o Código Civil no art. 662. Si a convenção com os credores tinha como garantia a exploração da estrada de ferro adquirida pela São Paulo Northern, tal garantia desapareceu pelo acto expropriativo, e, como consequencia, tornou-se vencida a dívida, e os direitos dos credores, ou seja os credores, tornaram-se desde logo exigíveis sobre a indenização porque — pretium succedit in loco rei.

Na impossibilidade de manter a renda variavel, ou antes, de cumprir o contrato, a São Paulo Northern está na obrigação de solver desde logo o seu debito constante dos títulos que emittiu.

O que pretende a São Paulo Northern é... não pagar as suas dividas; e isso pouco nos importa.

Mesmo com referência a essa parte, não tem razão a São Paulo Northern.

Devo informar que a decisão desse pleito affeceta ao Poder Judiciário do Estado, a que se deve todo o respeito e acatamento, está por dias, e outra não será, por certo, sinão a confirmação solenne do respectivel acórdão embargado: o direito e os factos outra não consentem.

Relva notar que os ultimos actos da São Paulo Northern attestam que ella está convencida de que outro não pôde ser o remate da sua ousada tentativa.

Assim é que, dizendo-se apparelhada com documentos, manda os seus porta-vozes da Imprensa ameaçar o Poder Judiciário do Estado com a intervenção da justiça estrangeira. A insolencia revoltada, mas permitta v. exc. que a revide.

Esse documento não é sinão a victoria ad perpetuum rei memoriam que, perante o juiz federal da 2.ª vara do Distrito Federal, requereu, a 2 de dezembro de 1920, no acervo da antiga Companhia Estrada do Ferro de Araraquara, e que se realizou a 8 de janeiro do corrente anno.

E' com essa victoria que a São Paulo Northern apregoa que a justiça federal já julgou inexistente o CASO DE DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE PÚBLICA, e que ella levou o conselheiro Ruy Barbosa a afirmar ser a desapropriação nulla como a propria nullidade.

Não posso attribuir sinão a uma invejosa e a grave affirmação que se diz feita pelo eminente brasileiro, e não ser que se lhe proporcionassem falsas informações. O eximio jurista não podia, sob sua alta responsabilidade, reconhecer valor em um documento imprétable.

A victoria, ensinam todos os mestres, é "o acto pelo qual o juiz, por meio de inspecção ocular, certifica-se do facto controvertido." E' a melhor das provas; prevalece a todas as outras, mas é um remédio subsidiario, que só deve prevalecer em falta de outras provas terminantes.

Da definição segue-se que — A VICTORIA SO' TEM LOGAR ACERCA DAS COUSAS DE FACTO PERMANENTE — segundo doutrina Guerrero (Trat. 4.º, liv. 5, cap. 3.º n. 13) até hoje adoptado sem discrepança por todos que se entregam das lides forenses. Ad perpetuum rei memoriam, a victoria só é admitida a respeito da demanda 6.ª, que pôde variar de estado ante as lites contestação. E' o mesmo escriptor quem o diz, e é o que ensinam Ramalho, Coelho da Rocha, Paula Baptista e tantos outros.

A burlesca victoria foi requerida depois do proferido do acórdão de 26 de novembro, que confirmou a sentença que julgou a desapropriação, e (sumum tenentis) nella se pediu aos peritos, em 1921, a verificação do estado em que se achava a coisa em 1919...

Não se tratava, nem se trata, de facto permanente, porque é quotidiana a modificação das linhas e pertencentes de uma estrada de ferro. Que vestígios podiam os peritos encontrar que lhes indicassem o estado da estrada em um anno e tres mezes antes? E' triste confessar, mas a verdade é que elles descobriram (!) sem entretanto os apontar.

Quinze mezes depois, sob a administração proficiente, energica e criteriosa do representante do Estado, que, dispondo dos necessários recursos por este fornecidos liberalmente, dedicou toda a sua actividade a normalização dos serviços da estrada, procurando remediar o descalabro em que ella se achava, com providencias opportunas e apressadas, attenção de prompto a multas das medidas lembradas no laudo dos engenheiros Sebastião Penteado, Decadeciano de Carvalho e Joaquim Fonseca Rodrigues, a estrada se apresentava relativamente restaurada, com capacidade para trafegar regularmente, e apparelhada para attender ao consideravel desenvolvimento da privilegiada zona por ella atravessada.

Outra não podia ser em 1921 a resposta dos peritos, ainda que:

"as condições técnicas da estrada eram boas, eguaes e mesmo superiores ás da maioria das outras estradas do país, e que nenhum motivo de segurança exigia a desapropriação."

Os peritos, porém, referem-se ao que viram em 1921, percorrendo, a vel d'olhos, ascentos kilometros de linha (ida e volta) e luz de um só dia, mas não dizem, e nem podiam dizer, que nas mesmas condições se achava a estrada quando foi occupada pelo Estado.

E' preciso insistir: quando se deu esse exame, já havia o Estado despendido, para restaurar a Estrada, somma superior a seis mil contos de réis.

Tal era o desceio dos peritos de serem agradavel a São Paulo Northern, que não se limitaram a constatação de factos, e, dessembradamente, lavandino attribuições que lhes escapavam, entenderam de resolver questões de direito, decidindo que NEM UM MOTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA EXIGIA OU JUSTIFICAVA A DESAPROPRIAÇÃO DA ESTRADA DA SÃO PAULO NORTHERN.

E' original em matéria de victoria.

Em conclusão, tal victoria não devia ser admitida. Foi, mas não devia ser julgada procedente. Foi, entretanto; e o juiz homologou-a, evidentemente, para servir opportunamente de prova, por isso que não podia ir além.

A sentença no documento gracioso não importa julgamento em uma causa contenciosa.

No caso em exame ainda menos pôde ter semelhante valor: já porque a sentença que põe termo a qualquer diligencia probatoria, realizada ad perpetuum rei memoriam, sendo uma simples homologação, não um JUDGMENTO, não pôde subtrahir o merito e o valor da prova assim colhida, a livre apreciação do juiz da causa, em que tal prova for mais tarde produzida como elemento do julgamento; já porque o Estado não foi parte em tal victoria, a ella não compareceu, não nomeou peritos, não formulou quesitos.

E' com razão assim procedeu; em primeiro lugar, porque a victoria era promovida perante jurisdição incompetente, liguidade como estava, em repetidas decisões judiciais, a clara incompetencia do Poder Judiciário Federal, para conhecer do litigio entre o Estado e a São Paulo Northern Company, como já deirol, ponderado e absurdo; e, em segundo lugar, porque eram patentes e intuitivos o absurdo e a inutilidade da victoria, collidando entre si: verificar o estado de uma via ferrea, em certa data, depois de decorridos um anno e tres mezes, durante os quaes a referida via ferrea passara por continuadas e diligentes reformas, nas quaes o Estado de São Paulo havia despendido quantia superior a seis mil contos de réis!

Para obter as respostas como que argumenta, teve Paulo Delaune, ainda assim, de fazer passar como perito e certamente como informante, de outros dotes, o intituído engenheiro Charles Oesente, seu mandatário, procurador e fac-totum que decentemente deveria declinar da incumbencia, para a qual carecia inteiramente de independencia e isenção de espirito.

Não admira, portanto, que, embora alardeando o valor dessa intuído e nula diligencia, seja tão medior a confiança do actuo negociador na firmeza de seus direitos, que, em vespores do julgamento final do pleito, por um Tribunal como o deste Estado, cuja competencia, integridade e soberana independencia ninguém ainda ousou discutir, tenha appellado, como simples diverso, no intuito de enganar o grande publico alheio ao assumpto, para o julgamento arbitral de s. exc. o sr. presidente da Republica.

Mero expediente theatral, apenas para produzir effeito, vindo com elle a publico, sabia já de antemão o demandante de má fé que o inteiro theso do Executivo Federal, instruido sobejamente pela caudal de verrinas de que tem estado cheia a imprensa do país, não exporia a respeitabilidade de seu cargo e de seu nome, no caso de proferir decisão contraria a Companhia de Delaune, e a campanha de diffamação tão tenazmente conduzida até agora, sem respeito por pessoas ou instituições.

Não ignorava, tambem, quando appellava para as cláusulas do contrato, a justificar essa inadmissivel proposta, que o juiz arbitral nella instituiu de modo arduo e preciso, e poderia ter por objecto as dividas suscitadas — NA INTERPRETAÇÃO E EXECUÇÃO do mesmo contrato — materia inteiramente estranha a do pleito pendente de julgamento do Egrejo Tribunal de Justiça, demanda onde não se discutem obrigações do contrato, cujos effeitos cessaram pela desapropriação, mas a legalidade e constitucionalidade desta medida, assumpto que o contrato não submetteu, nem podia submeter, ao juizo de arbitrio.

Reperava, pois, e contava como certa a repulsa de v. exc., a quem outra solução não permitiam a lei e os direitos do Estado; e pulso

fim não visava sinão armar escaudalo com ella, fazer matizada pela imprensa e impressionar a opinião das pessoas leigas, sem competencia para distinguir o que, pelo contrato, deveria ser solvido pelo juizo arbitral, do que, na causa pendente, está entregue a sabia e esclarecida decisão do mais elevado Tribunal do Estado.

Esta amostra da insinceridade e dos tortuosos processos pelos quaes busca o representante da plantação empresa enganar e transviar a opinião publico, deve bastar para esclarecer e desiludir todos os homens sensatos e de animo desprevenido.

Pouco ter conseguido demonstrar que o Governo, sempre que, forçado pelo interesse da communha, intervém nos negocios da São Paulo Northern Railroad Company agiu com a mais escrupulosa observancia das prescripções das nossas leis; e, apresentando este Memorial, espero que v. exc. o acolha como um fraco contingente para a defesa do Estado e seus dirigentes, ousada e violentamente atacados por um estrangeiro que tem abusado da nossa hospitalidade, e que, até hoje, não apresentou credenciaes que o recomendam.

A s. exc. o sr. dr. Washington Luis Pereira de Sousa.

S. Paulo, 10 de setembro de 1921.

O procurador geral do Estado.

JOÃO PASSOS.



Prefeitura do Municipio

DIRECTORIA GERAL

Expediente do dia 15 de setembro de 1921

LEI N. 2.433, DE 15 DE SETEMBRO DE 1921

Autoriza a Prefeitura a conceder licenças para a instalação, nos largos e praças do Municipio, dos pavilhões artísticos, destinados exclusivamente à venda de jornais, revistas e flores.

FIRMIANO DE MORAES PINTO, Prefeito do Municipio de S. Paulo.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 3 de setembro do corrente anno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Prefeito autorizado a conceder licenças para a instalação, nos largos e praças do municipio, de pavilhões artísticos destinados exclusivamente à venda de jornais, revistas e flores.

Art. 2.º — Os pavilhões serão de tipos approvados pela Prefeitura, deverão satisfazer ás mais rigorosas condições de esthetica e não poderão difficultar o transito nem impedir de qualquer forma a servidão dos logradouros publicos.

Art. 3.º — As licenças serão dadas a título precario, sem que constitua direito adquirido, monopoio ou privilegio dos concessionarios, podendo ser revogadas a qualquer tempo, sem direito a qualquer indemnização, ou restituição dos impostos ou taxas.

Art. 4.º — As instalações, remoções de um para outro ponto, ou a retirada definitiva dos pavilhões, serão feitas á custa exclusiva dos concessionarios, que perderão a propriedade de todo o material empregado na exploração, em beneficio da Municipalidade, no caso de não obedecerem ás exigencias que lhes forem impostas por esta.

Art. 5.º — Os concessionarios não poderão sublevar os pavilhões, sob pena de cassação immediata da licença, com perda da caução e do material empregado.

Art. 6.º — Os concessionarios pagarão as taxas que forem arbitradas pela Prefeitura, pela occupação da via publico, e que não serão restituídas, qualquer que seja o tempo de effeciva occupação.

Art. 7.º — Havendo mais de um pretendente á exploração dos pavilhões, a Prefeitura fará entre ellas a distribuição equitativa dos pontos a serem occupados.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Director Geral da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 15 de setembro de 1921.

368.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,

Firmino M. Pinto.

O Director Geral,

Arnaldo Claira.

ACTO N. 1.631, DE 15 DE SETEMBRO DE 1921

Accepta diversos trocos de rums em Villa Pompéia.

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no parágrafo 1.º do art. 13 do Acto n. 769, de 14 de Junho de 1915, resolve:

Artigo unico — Ficam accitos os seguintes trocos de rums situados nos terrenos da Companhia Urbana Predial, em Villa Pompéia: rua Barão de Bannan, entre Barão de Bannan e Dr. Miranda Azevedo e rua Tavares Bastos, entre Barão de Bannan e Dr. Augusto de Miranda.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 15 de setembro de 1921, 368.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

Firmino M. Pinto.

O Director geral,

Arnaldo Claira.

ACTO N. 1.032, DE 15 DE SETEMBRO DE 1921

Accepta o prolongamento da rua Monteiro de Mello, na Lapa, no trecho comprehendido entre as ruas Coriolano e Tito.

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no parágrafo 1.º do art. 13 do Acto n. 769, de 14 de Junho de 1915, resolve:

Artigo unico — Fica accito o prolongamento da rua Monteiro de Mello, que nos terrenos de propriedade da City of São Paulo, Improvements and Freshhold Land Co. Limited, no district da Lapa, foi comprehendido entre as ruas Coriolano e Tito.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 15 de setembro de 1921, 368.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

Firmino M. Pinto.

O Director geral,

Arnaldo Claira.

OFFICIAES:

A Câmara, transmittindo o orçamento 1922, desta anno, a importância de 19.977.941, organizado pela Diretoria de Obras e Viação, para o serviço de construção de um necropolis e deposito para a guarda de materiais no cemiterio do Eras; ao Conselho da Republica Arago, remetendo diversas publicações referentes a Prefeitura e Câmara Municipal de S. Paulo; a Secretaria da Agricultura, transmittindo, por copia, a indicação n. 218, deste anno, referendo-se a iluminação publica da rua Bella Viçosa, na Lapa, e tambem o assuati-

— Deve comparecer, para esclarecimentos, a Diretoria do Expediente, o sr. J. Campos Leite.

— Acham-se approvadas na Diretoria de Obras e Viação, as plantas approvadas pelos srs.:

Alberto Borsetti, para construir casa a rua Bailete, n. 88;

Angelo Gerolli, para construir casa a rua Lino Coutinho, n. 207;

Carlos Monon, para augmento na casa n. 157, da rua Barão de Jaguarua;

Companhia Viária Santa Maria, para augmento no barracão a rua Santa Maria, n. 85;

Carlos Murano, para construir casa a rua Galvão Bueno, n. 95;

Carlos da Costa, para construir casa a rua Humayda, n. 8;

Donato Capobianco, para construir muro a rua Tobias Barreto, n. 101;

Domingos Marques, para construir casa a rua Bernardino de Campos, n. 2;

Espartaco Rossi, para construir casa a rua Costa Rica, n. 3;

Francisco Vitali, para construir quatro casas a rua Barão de Jaguarua, n. 20;

Francisco Tietli, para abertura de um portão a rua Major Diogo, junto ao n. 27;

Francisco Gomes da Silva, para construir tres casas a rua Bigua;

Geraldo Satriano, para construir casa a rua Bahia, n. 53;

Noschese e Castro, para reformar casa a rua Amaral Gurgel, n. 57;

Padro Chelney, para abertura de valia no calçamento da rua Conselheiro Ramalho, n. 23;

Ovidio Gomes, para construir barracão a rua das Palmeiras, n. 242;

Sebastião Francisco de Mello, para construir muro a rua Gandavo, n. 40;

Salvador Chierelli, para construir casa na estrada do Aracá;

Theodorico de Magalhães Castro, para construir muro a rua Barão Ribeiro, n. 74;

Villava e Comp., para construir duas casas a rua Herval, n. 83 e 85.

— Devem comparecer na mesma Diretoria, para esclarecimentos, os srs.:

Angelo Chianoni, Antenor de C. Camargo, Angelo Santagada, A. J. Tavares Rodolpho, Celeste Rossi, Decadeciano de Carvalho, Gerolli, Guilherme de Seraphim, Geraldo Satriano, Domingos Caldeira, Irmãos Donadelli, José Chaperi, José Orlando, Leonardo Blumberg, Maria Luiza Bueker, Miguel Ambrosio, Quintino Moreira e Salvador Altieri.

Distribuição dos servicos no dia 16 de setembro de 1921.

Turma de calceiros:

Rua Brigadeiro Tobias: 12 calceiros, 8 serventes, 2 carroças, reposição.

Avenida Tiradentes: 11 calceiros, 8 serventes, 1 carroça, reposição.

Rua Anhanguera: 11 calceiros, 9 serventes, 1 carroça, reposição.

Rua Guarany: 11 calceiros, 8 serventes, 2 carroças, reposição.

Avenida Alvaro Ramos: 11 calceiros, 8 serventes, 2 carroças, reposição.

Rua do Comércio: 11 calceiros, 8 serventes, 1 carroça, reposição.

Rua da Liberdade: 25 calceiros, 16 serventes, 3 carroças, reposição.

Avenida Luz Antonio: 10 calceiros, 8 serventes, 1 carroça, reposição.

Rua da Consolação: 10 calceiros, 10 serventes, 1 carroça, reposição.

Rua Herculano de Freitas: 14 calceiros, 8 serventes, 2 carroças, reposição.

A doença dos rins nas crianças



Tanto as crianças como os adultos estão expostos às doenças dos rins, porém, ambos encontram nas Píllulas de Foster o medicamento que necessitam.

Algumas têm os rins debilitados por hereditariedade, outras, em consequência da varicela, do sarampo, da febre typhoide, etc., etc. Por conseguinte as crianças estão expostas a sofrerem das rins e suas paças devem estar muito atentas quando notarem que ellas se queixam de dores nas espaldas ou queixas de urina de caracteres anormais, ou ainda:

A manifestação, mais frequente da debilidade dos rins é a falta de regularidade nas funções da bexiga, que as obriga ao acto desagradável de urinar na cama e nas próprias vestes.

Se seu filho está debilitado e triste, e não joga e corre como os demais, ao contrario queira-se de cansaço e aborrecimento, e qual certo que elle sofre dos rins e torna-se necessário atacar a enfermidade quanto antes, recorrendo ás Píllulas de Foster para os rins que têm produzido resultados admiráveis em muitas crianças. Mela píllula após a refeição e ao deitar-se é uma dose suficiente. Píllulas de Foster, aliás, esta mela píllula em pedacinhos, assim for mais conveniente para tomas-as.

Dêve-se evitar a excitação das crianças antes de deitarem-se, assim como o dar-se líquidos em quantidade durante a noite, enquanto estiverem submetidas ao tratamento com as Píllulas de Foster.

Vendem-se em todas as farmácias. Peça o nosso folheto sobre as doenças dos rins e o enviamos absolutamente gratis.

FOSTER-McLELLAN CO.

Rio de Janeiro (6) Caixa Postal: n. 1062

EDITAIS

PROTESTO DE UMA LETRA DE CAMBIO

Existe em meu cartorio, rua da Boa Vista, n. 58 (sobreloja), para ser protestada por falta de pagamento, uma letra de cambio do valor de 1.000.000 (um milhão de réis), aceita por José de Vasconcelos Fereira e Jacca de Vasconcelos por Cloro Pinto Sousa. Por não terem sido encontrados os referidos aceitantes e sacador, endossantes, pelo presente o intimo para pagar a importância da mencionada letra de cambio ou darem a razão porque não fazem e ao mesmo tempo, na falta de pagamento, o notificação do competente protesto.

S. Paulo, 15 de setembro de 1921.

O 2.º tabellão de protestos.

Nestor Rangel Pestana.

PREFEITURA DO MUNICIPIO

Concertos de passeios

Faço publico que, nos termos do Cap. IV do Acto n. 709, de 14 de Junho de 1915, e de outro do prazo de 15 dias, a contar de 16 do corrente mês, deverão os seus proprietários concertar os passeios estrangeiros nas extensões abaixo indicadas:

Rua Voluntarios da Patria, n. 374 a 376, 8 metros; n. 365, 5 metros; n. 362, 2 metros; n. 361, 1 metro; n. 360, 2 metros; n. 294 a 298, 2 metros; n. 290, 2 metros; n. 232, 3 metros; n. 279, 3 metros; n. 501, 1 metro; n. 543 a 548, 2 metros; n. 541, 1 metro; n. 408, 1 metro; n. 414, 1 metro; Rua do Aroucho, n. 20, 2 metros; n. 40, 1 metro; Rua Selva, n. 46, 1 metro; n. 58, 4 metros; n. 72, 1 metro; n. 76, 1 metro; Rua das Palmeiras, n. 12, 3 metros; n. 18 a 20, 3 metros; Rua Cunha Horta, n. 12, 3 metros; Rua Cosmar Motta, n. 42, 2 metros; Rua Maria Antonia, n. 46, 2 metros; n. 67, 1 metro; Rua D. Veridiana, n. 71, 1 metro; Rua General Jardim, n. 70, 1 metro; Rua Santa Helena, esquina da rua Amarel Gurgel, n. 22, 2 metros; Rua Santa Isabel, n. 14, 2 metros; Rua Dr. Abrantes, n. 15, 1 metro; n. 47, 1 metro; Rua Dr. Abrantes, esquina da rua D. Veridiana, n. 1, 2 metros; Rua Maranhão, esquina da rua Sabará, 2 metros; Rua Sabará, n. 2, 2 metros; n. 19, 1 metro; Rua Sabará, esquina da rua Serapi, 2 metros; Rua Plauhy, esquina da rua Sabará, n. 5, 2 metros; Rua Major Sertório, n. 52, 1 metro; Rua Cosmar Motta, n. 17, 1 metro; Rua Amarel Gurgel, n. 51, 1 metro; Rua das Palmeiras, n. 6 a 7, 2 metros; Rua Helvética, n. 18, 3 metros; Rua General Osorio, n. 141, 3 metros; Rua Guanyanas, esquina da rua General Osorio, n. 121, 2 metros; Rua General Osorio, n. 117, 1 metro; n. 87, 3 metros; Rua Lavapés, n. 91, 3 metros; n. 78 a 80, 3 metros; n. 152, 2 metros; n. 157 a 159, 4 metros; n. 50, 1 metro; n. 52, 1 metro; n. 59, 6 metros; n. 51, 3 metros; n. 41, 1 metro; n. 56 a 6-A, 8 metros; n. 40, 2 metros; n. 110, 118, 120 e 122, na extensão total de 16 metros; n. 103, 3 metros; n. 193-A, 2 metros; n. 187, 2 metros, entre os n. 188 e 166; 6 metros; n. 164, 17 metros; n. 138, 3 metros; n. 143, 5 metros; n. 189, 1 metro; n. 120, 1 metro; n. 127, 1 metro; n. 96 e 98, 5 metros; n. 100, 3 metros; n. 178 e 180, 14 metros; n. 136, 2 metros; entre os n. 170 e 178, 24 metros; Rua Cavalheiro, esquina da rua Joaquim Nabuco, 11 metros; Rua Cavalheiro, esquina da rua Joaquim Nabuco, 2 metros; Rua Joaquim Nabuco, 3 metros; Rua Cavalheiro, n. 14-A, 5 metros; n. 11, 3 metros; n. 50, 5 metros; n. 17, 1 metro; n. 32, 4 metros; n. 96 e 98, 5 metros; n. 100, 3 metros; n. 81, 4 metros; n. 52-A, 2 metros; n. 87 e 29, 4 metros; n. 54, 2 metros; n. 58 e 60, 6 metros; n. 37, 2 metros; n. 41, 1 metro; n. 45, 2 metros; n. 51, 1 metro; Rua Cavalheiro, esquina da rua Gomes Cardim, 2 metros; Rua Urugayana, n. 94, 1 metro; n. 39, 1 metro; n. 98, 5 metros; n. 102, 2 metros; n. 169, 3 metros; n. 128, 1 metro; n.

145, 2 metros; n. 156, 2 metros; n. 157, 1 metro; n. 164, 1 metro; n. 166, 2 metros; n. 170, 1 metro; n. 171, 1 metro; n. 174, 1 metro; n. 176, 2 metros; n. 178, 2 metros; n. 180, 2 metros; n. 182, 2 metros; n. 184, 2 metros; n. 186, 2 metros; n. 188, 2 metros; n. 190, 2 metros; n. 192, 2 metros; n. 194, 2 metros; n. 196, 2 metros; n. 198, 2 metros; n. 200, 2 metros; n. 202, 2 metros; n. 204, 2 metros; n. 206, 2 metros; n. 208, 2 metros; n. 210, 2 metros; n. 212, 2 metros; n. 214, 2 metros; n. 216, 2 metros; n. 218, 2 metros; n. 220, 2 metros; n. 222, 2 metros; n. 224, 2 metros; n. 226, 2 metros; n. 228, 2 metros; n. 230, 2 metros; n. 232, 2 metros; n. 234, 2 metros; n. 236, 2 metros; n. 238, 2 metros; n. 240, 2 metros; n. 242, 2 metros; n. 244, 2 metros; n. 246, 2 metros; n. 248, 2 metros; n. 250, 2 metros; n. 252, 2 metros; n. 254, 2 metros; n. 256, 2 metros; n. 258, 2 metros; n. 260, 2 metros; n. 262, 2 metros; n. 264, 2 metros; n. 266, 2 metros; n. 268, 2 metros; n. 270, 2 metros; n. 272, 2 metros; n. 274, 2 metros; n. 276, 2 metros; n. 278, 2 metros; n. 280, 2 metros; n. 282, 2 metros; n. 284, 2 metros; n. 286, 2 metros; n. 288, 2 metros; n. 290, 2 metros; n. 292, 2 metros; n. 294, 2 metros; n. 296, 2 metros; n. 298, 2 metros; n. 300, 2 metros; n. 302, 2 metros; n. 304, 2 metros; n. 306, 2 metros; n. 308, 2 metros; n. 310, 2 metros; n. 312, 2 metros; n. 314, 2 metros; n. 316, 2 metros; n. 318, 2 metros; n. 320, 2 metros; n. 322, 2 metros; n. 324, 2 metros; n. 326, 2 metros; n. 328, 2 metros; n. 330, 2 metros; n. 332, 2 metros; n. 334, 2 metros; n. 336, 2 metros; n. 338, 2 metros; n. 340, 2 metros; n. 342, 2 metros; n. 344, 2 metros; n. 346, 2 metros; n. 348, 2 metros; n. 350, 2 metros; n. 352, 2 metros; n. 354, 2 metros; n. 356, 2 metros; n. 358, 2 metros; n. 360, 2 metros; n. 362, 2 metros; n. 364, 2 metros; n. 366, 2 metros; n. 368, 2 metros; n. 370, 2 metros; n. 372, 2 metros; n. 374, 2 metros; n. 376, 2 metros; n. 378, 2 metros; n. 380, 2 metros; n. 382, 2 metros; n. 384, 2 metros; n. 386, 2 metros; n. 388, 2 metros; n. 390, 2 metros; n. 392, 2 metros; n. 394, 2 metros; n. 396, 2 metros; n. 398, 2 metros; n. 400, 2 metros; n. 402, 2 metros; n. 404, 2 metros; n. 406, 2 metros; n. 408, 2 metros; n. 410, 2 metros; n. 412, 2 metros; n. 414, 2 metros; n. 416, 2 metros; n. 418, 2 metros; n. 420, 2 metros; n. 422, 2 metros; n. 424, 2 metros; n. 426, 2 metros; n. 428, 2 metros; n. 430, 2 metros; n. 432, 2 metros; n. 434, 2 metros; n. 436, 2 metros; n. 438, 2 metros; n. 440, 2 metros; n. 442, 2 metros; n. 444, 2 metros; n. 446, 2 metros; n. 448, 2 metros; n. 450, 2 metros; n. 452, 2 metros; n. 454, 2 metros; n. 456, 2 metros; n. 458, 2 metros; n. 460, 2 metros; n. 462, 2 metros; n. 464, 2 metros; n. 466, 2 metros; n. 468, 2 metros; n. 470, 2 metros; n. 472, 2 metros; n. 474, 2 metros; n. 476, 2 metros; n. 478, 2 metros; n. 480, 2 metros; n. 482, 2 metros; n. 484, 2 metros; n. 486, 2 metros; n. 488, 2 metros; n. 490, 2 metros; n. 492, 2 metros; n. 494, 2 metros; n. 496, 2 metros; n. 498, 2 metros; n. 500, 2 metros; n. 502, 2 metros; n. 504, 2 metros; n. 506, 2 metros; n. 508, 2 metros; n. 510, 2 metros; n. 512, 2 metros; n. 514, 2 metros; n. 516, 2 metros; n. 518, 2 metros; n. 520, 2 metros; n. 522, 2 metros; n. 524, 2 metros; n. 526, 2 metros; n. 528, 2 metros; n. 530, 2 metros; n. 532, 2 metros; n. 534, 2 metros; n. 536, 2 metros; n. 538, 2 metros; n. 540, 2 metros; n. 542, 2 metros; n. 544, 2 metros; n. 546, 2 metros; n. 548, 2 metros; n. 550, 2 metros; n. 552, 2 metros; n. 554, 2 metros; n. 556, 2 metros; n. 558, 2 metros; n. 560, 2 metros; n. 562, 2 metros; n. 564, 2 metros; n. 566, 2 metros; n. 568, 2 metros; n. 570, 2 metros; n. 572, 2 metros; n. 574, 2 metros; n. 576, 2 metros; n. 578, 2 metros; n. 580, 2 metros; n. 582, 2 metros; n. 584, 2 metros; n. 586, 2 metros; n. 588, 2 metros; n. 590, 2 metros; n. 592, 2 metros; n. 594, 2 metros; n. 596, 2 metros; n. 598, 2 metros; n. 600, 2 metros; n. 602, 2 metros; n. 604, 2 metros; n. 606, 2 metros; n. 608, 2 metros; n. 610, 2 metros; n. 612, 2 metros; n. 614, 2 metros; n. 616, 2 metros; n. 618, 2 metros; n. 620, 2 metros; n. 622, 2 metros; n. 624, 2 metros; n. 626, 2 metros; n. 628, 2 metros; n. 630, 2 metros; n. 632, 2 metros; n. 634, 2 metros; n. 636, 2 metros; n. 638, 2 metros; n. 640, 2 metros; n. 642, 2 metros; n. 644, 2 metros; n. 646, 2 metros; n. 648, 2 metros; n. 650, 2 metros; n. 652, 2 metros; n. 654, 2 metros; n. 656, 2 metros; n. 658, 2 metros; n. 660, 2 metros; n. 662, 2 metros; n. 664, 2 metros; n. 666, 2 metros; n. 668, 2 metros; n. 670, 2 metros; n. 672, 2 metros; n. 674, 2 metros; n. 676, 2 metros; n. 678, 2 metros; n. 680, 2 metros; n. 682, 2 metros; n. 684, 2 metros; n. 686, 2 metros; n. 688, 2 metros; n. 690, 2 metros; n. 692, 2 metros; n. 694, 2 metros; n. 696, 2 metros; n. 698, 2 metros; n. 700, 2 metros; n. 702, 2 metros; n. 704, 2 metros; n. 706, 2 metros; n. 708, 2 metros; n. 710, 2 metros; n. 712, 2 metros; n. 714, 2 metros; n. 716, 2 metros; n. 718, 2 metros; n. 720, 2 metros; n. 722, 2 metros; n. 724, 2 metros; n. 726, 2 metros; n. 728, 2 metros; n. 730, 2 metros; n. 732, 2 metros; n. 734, 2 metros; n. 736, 2 metros; n. 738, 2 metros; n. 740, 2 metros; n. 742, 2 metros; n. 744, 2 metros; n. 746, 2 metros; n. 748, 2 metros; n. 750, 2 metros; n. 752, 2 metros; n. 754, 2 metros; n. 756, 2 metros; n. 758, 2 metros; n. 760, 2 metros; n. 762, 2 metros; n. 764, 2 metros; n. 766, 2 metros; n. 768, 2 metros; n. 770, 2 metros; n. 772, 2 metros; n. 774, 2 metros; n. 776, 2 metros; n. 778, 2 metros; n. 780, 2 metros; n. 782, 2 metros; n. 784, 2 metros; n. 786, 2 metros; n. 788, 2 metros; n. 790, 2 metros; n. 792, 2 metros; n. 794, 2 metros; n. 796, 2 metros; n. 798, 2 metros; n. 800, 2 metros; n. 802, 2 metros; n. 804, 2 metros; n. 806, 2 metros; n. 808, 2 metros; n. 810, 2 metros; n. 812, 2 metros; n. 814, 2 metros; n. 816, 2 metros; n. 818, 2 metros; n. 820, 2 metros; n. 822, 2 metros; n. 824, 2 metros; n. 826, 2 metros; n. 828, 2 metros; n. 830, 2 metros; n. 832, 2 metros; n. 834, 2 metros; n. 836, 2 metros; n. 838, 2 metros; n. 840, 2 metros; n. 842, 2 metros; n. 844, 2 metros; n. 846, 2 metros; n. 848, 2 metros; n. 850, 2 metros; n. 852, 2 metros; n. 854, 2 metros; n. 856, 2 metros; n. 858, 2 metros; n. 860, 2 metros; n. 862, 2 metros; n. 864, 2 metros; n. 866, 2 metros; n. 868, 2 metros; n. 870, 2 metros; n. 872, 2 metros; n. 874, 2 metros; n. 876, 2 metros; n. 878, 2 metros; n. 880, 2 metros; n. 882, 2 metros; n. 884, 2 metros; n. 886, 2 metros; n. 888, 2 metros; n. 890, 2 metros; n. 892, 2 metros; n. 894, 2 metros; n. 896, 2 metros; n. 898, 2 metros; n. 900, 2 metros; n. 902, 2 metros; n. 904, 2 metros; n. 906, 2 metros; n. 908, 2 metros; n. 910, 2 metros; n. 912, 2 metros; n. 914, 2 metros; n. 916, 2 metros; n. 918, 2 metros; n. 920, 2 metros; n. 922, 2 metros; n. 924, 2 metros; n. 926, 2 metros; n. 928, 2 metros; n. 930, 2 metros; n. 932, 2 metros; n. 934, 2 metros; n. 936, 2 metros; n. 938, 2 metros; n. 940, 2 metros; n. 942, 2 metros; n. 944, 2 metros; n. 946, 2 metros; n. 948, 2 metros; n. 950, 2 metros; n. 952, 2 metros; n. 954, 2 metros; n. 956, 2 metros; n. 958, 2 metros; n. 960, 2 metros; n. 962, 2 metros; n. 964, 2 metros; n. 966, 2 metros; n. 968, 2 metros; n. 970, 2 metros; n. 972, 2 metros; n. 974, 2 metros; n. 976, 2 metros; n. 978, 2 metros; n. 980, 2 metros; n. 982, 2 metros; n. 984, 2 metros; n. 986, 2 metros; n. 988, 2 metros; n. 990, 2 metros; n. 992, 2 metros; n. 994, 2 metros; n. 996, 2 metros; n. 998, 2 metros; n. 1000, 2 metros; n. 1002, 2 metros; n. 1004, 2 metros; n. 1006, 2 metros; n. 1008, 2 metros; n. 1010, 2 metros; n. 1012, 2 metros; n. 1014, 2 metros; n. 1016, 2 metros; n. 1018, 2 metros; n. 1020, 2 metros; n. 1022, 2 metros; n. 1024, 2 metros; n. 1026, 2 metros; n. 1028, 2 metros; n. 1030, 2 metros; n. 1032, 2 metros; n. 1034, 2 metros; n. 1036, 2 metros; n. 1038, 2 metros; n. 1040, 2 metros; n. 1042, 2 metros; n. 1044, 2 metros; n. 1046, 2 metros; n. 1048, 2 metros; n. 1050, 2 metros; n. 1052, 2 metros; n. 1054, 2 metros; n. 1056, 2 metros; n. 1058, 2 metros; n. 1060, 2 metros; n. 1062, 2 metros; n. 1064, 2 metros; n. 1066, 2 metros; n. 1068, 2 metros; n. 1070, 2 metros; n. 1072, 2 metros; n. 1074, 2 metros; n. 1076, 2 metros; n. 1078, 2 metros; n. 1080, 2 metros; n. 1082, 2 metros; n. 1084, 2 metros; n. 1086, 2 metros; n. 1088, 2 metros; n. 1090, 2 metros; n. 1092, 2 metros; n. 1094, 2 metros; n. 1096, 2 metros; n. 1098, 2 metros; n. 1100, 2 metros; n. 1102, 2 metros; n. 1104, 2 metros; n. 1106, 2 metros; n. 1108, 2 metros; n. 1110, 2 metros; n. 1112, 2 metros; n. 1114, 2 metros; n. 1116, 2 metros; n. 1118, 2 metros; n. 1120, 2 metros; n. 1122, 2 metros; n. 1124, 2 metros; n. 1126, 2 metros; n. 1128, 2 metros; n. 1130, 2 metros; n. 1132, 2 metros; n. 1134, 2 metros; n. 1136, 2 metros; n. 1138, 2 metros; n. 1140, 2 metros; n. 1142, 2 metros; n. 1144, 2 metros; n. 1146, 2 metros; n. 1148, 2 metros; n. 1150, 2 metros; n. 1152, 2 metros; n. 1154, 2 metros; n. 1156, 2 metros; n. 1158, 2 metros; n. 1160, 2 metros; n. 1162, 2 metros; n. 1164, 2 metros; n. 1166, 2 metros; n. 1168, 2 metros; n. 1170, 2 metros; n. 1172, 2 metros; n. 1174, 2 metros; n. 1176, 2 metros; n. 1178, 2 metros; n. 1180, 2 metros; n. 1182, 2 metros; n. 1184, 2 metros; n. 1186, 2 metros; n. 1188, 2 metros; n. 1190, 2 metros; n. 1192, 2 metros; n. 1194, 2 metros; n. 1196, 2 metros; n. 1198, 2 metros; n. 1200, 2 metros; n. 1202, 2 metros; n. 1204, 2 metros; n. 1206, 2 metros; n. 1208, 2 metros; n. 1210, 2 metros; n. 1212, 2 metros; n. 1214, 2 metros; n. 1216, 2 metros; n. 1218, 2 metros; n. 1220, 2 metros; n. 1222, 2 metros; n. 1224, 2 metros; n. 1226, 2 metros; n. 1228, 2 metros; n. 1230, 2 metros; n. 1232, 2 metros; n. 1234, 2 metros; n. 1236, 2 metros; n. 1238, 2 metros; n. 1240, 2 metros; n. 1242, 2 metros; n. 1244, 2 metros; n. 1246, 2 metros; n. 1248, 2 metros; n. 1250, 2 metros; n. 1252, 2 metros; n. 1254, 2 metros; n. 1256, 2 metros; n. 1258, 2 metros; n. 1260, 2 metros; n. 1262, 2 metros; n. 1264, 2 metros; n. 1266, 2 metros; n. 1268, 2 metros; n. 1270, 2 metros; n. 1272, 2 metros; n. 1274, 2 metros; n. 1276, 2 metros; n. 1278, 2 metros; n. 1280, 2 metros; n. 1282, 2 metros; n. 1284, 2 metros; n. 1286, 2 metros; n. 1288, 2 metros; n. 1290, 2 metros; n. 1292, 2 metros; n. 1294, 2 metros; n. 1296, 2 metros; n. 1298, 2 metros; n. 1300, 2 metros; n. 1302, 2 metros; n. 1304, 2 metros; n. 1306, 2 metros; n. 1308, 2 metros; n. 1310, 2 metros; n. 1312, 2 metros; n. 1314, 2 metros; n. 1316, 2 metros; n. 1318, 2 metros; n. 1320, 2 metros; n. 1322, 2 metros; n. 1324, 2 metros; n. 1326, 2 metros; n. 1328, 2 metros; n. 1330, 2 metros; n. 1332, 2 metros; n. 1334, 2 metros; n. 1336, 2 metros; n. 1338, 2 metros; n. 1340, 2 metros; n. 1342, 2 metros; n. 1344, 2 metros; n. 1346, 2 metros; n. 1348, 2 metros; n. 1350, 2 metros; n. 1352, 2 metros; n. 1354, 2 metros; n. 1356, 2 metros; n. 1358, 2 metros; n. 1360, 2 metros; n. 1362, 2 metros; n. 1364, 2 metros; n. 1366, 2 metros; n. 1368, 2 metros; n. 1370, 2 metros; n. 1372, 2 metros; n. 1374, 2 metros; n. 1376, 2 metros; n. 1378, 2 metros; n. 1380, 2 metros; n. 1382, 2 metros; n. 1384, 2 metros; n. 1386, 2 metros; n. 1388, 2 metros; n. 1390, 2 metros; n. 1392, 2 metros; n. 1394, 2 metros; n. 1396, 2 metros; n. 1398, 2 metros; n. 1400, 2 metros; n. 1402, 2 metros; n. 1404, 2 metros; n. 1406, 2 metros; n. 1408, 2 metros; n. 1410, 2 metros; n. 1412, 2 metros; n. 1414, 2 metros; n. 1416, 2 metros; n. 1418, 2 metros; n. 1420, 2 metros; n. 1422, 2 metros; n. 1424, 2 metros; n. 1426, 2 metros; n. 1428, 2 metros; n. 1430, 2 metros; n. 1432, 2 metros; n. 1434, 2 metros; n. 1436, 2 metros; n. 1438, 2 metros; n. 1440, 2 metros; n. 1442, 2 metros; n. 1444, 2 metros; n. 1446, 2 metros; n. 1448, 2 metros; n. 1450, 2 metros; n. 1452, 2 metros; n. 1454, 2 metros; n. 1456, 2 metros; n. 1458, 2 metros; n. 1460, 2 metros; n. 1462, 2 metros; n. 1464, 2 metros; n. 1466, 2 metros; n. 1468, 2 metros; n. 1470, 2 metros; n. 1472, 2 metros; n. 1474, 2 metros; n. 1476, 2 metros; n. 1478, 2 metros; n. 1480, 2 metros; n. 1482, 2 metros; n. 1484, 2 metros; n. 1486, 2 metros; n. 1488, 2 metros; n. 1490, 2 metros; n. 1492, 2 metros; n. 1494, 2 metros; n. 1496, 2 metros; n. 1498, 2 metros; n. 1500, 2 metros; n. 1502, 2 metros; n. 1504, 2 metros; n. 1506, 2 metros; n. 1508, 2 metros; n. 1510, 2 metros; n. 1512, 2 metros; n. 1514, 2 metros; n. 1516, 2 metros; n. 1518, 2 metros; n. 1520, 2 metros; n. 1522, 2 metros; n. 1524, 2 metros; n. 1526, 2 metros; n. 1528, 2 metros; n. 1530, 2 metros; n. 1532, 2 metros; n. 1534, 2 metros; n. 1536, 2 metros; n. 1538, 2 metros; n. 1540, 2 metros; n. 1542, 2 metros; n. 1544, 2 metros; n. 1546, 2 metros; n. 1548, 2 metros; n. 1550, 2 metros; n. 1552, 2 metros; n. 1554, 2 metros; n. 1556, 2 metros; n. 1558, 2 metros; n. 1560, 2 metros; n. 1562, 2 metros; n. 1564, 2 metros; n. 1566, 2 metros; n. 1568, 2 metros; n. 1570, 2 metros; n. 1572, 2 metros; n. 1574, 2 metros; n. 1576, 2 metros; n. 1578, 2 metros; n. 1580, 2 metros; n. 1582, 2 metros; n. 1584, 2 metros; n. 1586, 2 metros; n. 1588, 2 metros; n. 1590, 2 metros; n. 1592, 2 metros; n. 1594, 2 metros; n. 1596, 2 metros; n. 1598, 2 metros; n. 1600, 2 metros; n. 1602, 2 metros; n. 1604, 2 metros; n. 1606, 2 metros; n. 1608, 2 metros; n. 1610, 2 metros; n. 1612, 2 metros; n. 1614, 2 metros; n. 1616, 2 metros; n. 1618, 2 metros; n. 1620, 2 metros; n. 1622, 2 metros; n. 1624, 2 metros; n. 1626, 2 metros; n. 1628, 2 metros; n. 1630, 2 metros; n. 1632, 2 metros; n. 1634, 2 metros; n. 1636, 2 metros; n. 1638, 2 metros; n. 1640, 2 metros; n. 1642, 2 metros; n. 1644, 2 metros; n. 1646, 2 metros; n. 1648, 2 metros; n. 1650, 2 metros; n. 1652, 2 metros; n. 1654, 2 metros; n. 1656, 2 metros; n. 1658, 2 metros; n. 1660, 2 metros; n. 1662, 2 metros; n. 1664, 2 metros; n. 1666, 2 metros; n. 1668, 2 metros; n. 1670, 2 metros; n. 1672, 2 metros; n. 1674, 2 metros; n. 1676, 2 metros; n. 1678, 2 metros; n. 1680, 2 metros; n. 1682, 2 metros; n. 1684, 2 metros; n. 1686, 2 metros; n. 1688, 2 metros; n. 1690, 2 metros; n. 1692, 2 metros; n. 1694, 2 metros; n. 1696, 2 metros; n. 1698, 2 metros; n. 1700, 2 metros; n. 1702, 2 metros; n. 1704, 2 metros; n. 1706, 2 metros; n. 1708, 2 metros; n. 1710, 2 metros; n. 1712, 2 metros; n. 1714, 2 metros; n. 1716, 2 metros; n. 1718, 2 metros; n. 1720, 2 metros; n. 1722, 2 metros; n. 1724, 2 metros; n. 1726, 2 metros; n. 1728, 2 metros; n. 1730, 2 metros; n. 1732, 2 metros; n. 1734, 2 metros; n. 1736, 2 metros; n. 1738, 2 metros; n. 1740, 2 metros; n. 1742, 2 metros; n. 1744, 2 metros; n. 1746, 2 metros; n. 1748, 2 metros; n. 1750, 2 metros; n. 1752, 2 metros; n. 1754, 2 metros; n. 1756, 2 metros; n. 1758, 2 metros; n. 1760, 2 metros; n. 1762, 2 metros; n. 1764, 2 metros; n. 1766, 2 metros; n. 1768, 2 metros; n. 1770, 2 metros; n. 1772, 2 metros; n. 1774, 2 metros; n. 1776, 2 metros; n. 1778, 2 metros; n. 1780, 2 metros; n. 1782, 2 metros; n. 1784, 2 metros; n. 1786, 2 metros; n. 1788, 2 metros; n. 1790, 2 metros; n. 1792, 2 metros; n. 1794, 2 metros; n. 1796, 2 metros; n. 1798, 2 metros; n. 1800, 2 metros; n. 1802, 2 metros; n. 1804, 2 metros; n. 1806, 2 metros; n. 1808, 2 metros; n. 1810, 2 metros; n. 1812, 2 metros; n. 1814, 2 metros; n. 1816, 2 metros; n. 1818, 2 metros; n. 1820, 2 metros; n. 1822, 2 metros; n. 1824, 2 metros; n. 182

